



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia PPG/CASA

SANARA MACÊDO SOUSA

O QUE PENSAM OS LÍDERES DE IGREJA ASSEMBLEIANAS SOBRE AS
QUESTÕES AMBIENTAIS NAS ATIVIDADES RELIGIOSAS

MANAUS – AM
2023

SANARA MACÊDO SOUSA

**O QUE PENSAM OS LÍDERES DE IGREJA ASSEMBLEIANAS SOBRE AS
QUESTÕES AMBIENTAIS NAS ATIVIDADES RELIGIOSAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como exigência para obtenção do título de mestre sob orientação da Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi.

**MANAUS – AM
2023**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S725p Sousa, Sanara Macêdo
O Que pensam os Líderes de Igreja Assembleianas sobre as
questões ambientais nas atividades religiosas / Sanara Macêdo
Sousa . 2023
51 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Inês Gasparetto Higuchi
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. religião e meio ambiente. 2. líderes religiosos e meio ambiente.
3. educação ambiental. 4. responsabilidade ambiental. I. Higuchi,
Maria Inês Gasparetto. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

SANARA MACÊDO SOUSA

**O QUE PENSAM OS LÍDERES DE IGREJA ASSEMBLEIANAS SOBRE AS
QUESTÕES AMBIENTAIS NAS ATIVIDADES RELIGIOSAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como exigência para obtenção do título de mestre sob orientação da Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi - Presidente

Profa. Dra. Maria Clara Forsberg - UEA

Profa. Dra. Maria Olívia de A. Simão - UFAM

Prof. Dr. Wagner de Deus Mateus - SEDUC

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos pastores, líderes religiosos, guardiões de ensinamentos e responsáveis por transmitir de forma produtiva os saberes. As comunidades religiosas que exercem uma missão de cuidar, orientar, ensinar e ajudar o seu próximo. Aos líderes eclesiais da IEADAM que participaram dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

“Bendito sejas ó Senhor, Deus de Israel, nosso pai, de eternidade a eternidade. Teus, ó Senhor, são as grandezas, o poder, a glória, a majestade e o esplendor, pois tudo o que há nos céus e na terra é teu. Teu, ó Senhor, é o reino; tu estás acima de tudo. (1 cr.29. 10 – 11)”. Com esse versículo quero externar minha gratidão a DEUS pela semente da vida em poder concluir essa fase desta pesquisa, sem a graça de Deus em minha vida não poderia estar aqui, então Ebenezer até aqui o senhor nos ajudou!

Seguindo a ordem do fluxo de laços, quero agradecer a minha família, aqui destaco ao meu amado esposo, José Adrian Sousa Santos, filhos Sayna Macêdo e Samuel Macêdo Sousa, pela colaboração de paciência nesse processo. Aos meus queridos pais, Joel e Maria do Carmo, que em dias difíceis lançaram uma palavra de paz e amor em meu coração, pelas vezes que minha mãe cuidou de meus filhos para poder estudar e ir para orientação. Aos meus irmãos Samara e Salizamar e Sabrina. As queridas “ovelhas” e secretária Jessica Ramos Castinares, Glaucia Michele Garcez Coelho, pelo apoio nas minhas demandas particulares.

A minha querida orientadora Professora Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi, **QUE MULHER EXTRAORDINÁRIA**, ela não sabe, mas eu orei tanto para que Deus cuidasse dela. Ela é alguém que Deus escolheu pra me ensinar, palavras não seriam suficientes para externar meus sentimentos por ela.

Não posso deixar de registrar o **QUARTETO FANTASTICO**, Sávio Agostinho, Sabrina Marques, Alex Cordeiro, de um grupo de estudo no bairro do mutirão do mestrando da UFAM, que formamos uma parceira especial.

As professoras dras. Rúbia Alegre, Rute Holanda Lopes, Francimara Souza da Costa, queridas professoras agradeço de coração. Pastor presidente da IEADAM, Jonatas Câmara, aos pastores Fernando Kadosh e Kedma, ao Pr. Walter Hermano Dias Siqueira, pelo compartilhamento de livros digitais para o estudo. Agradeço ainda, à Professora Dra. Lídia Ferraz, pelo conhecimento compartilhado em todo estágio de docência, pela oportunidade de aprender em suas aulas e pôr em prática no estágio.

Aos colegas da turma de 2021 do mestrado do PPGCASA/UFAM.

Aos colegas de laboratório LAPSEA/INPA.

Lista de Figuras

Figura 1: Distribuição dos líderes em função do gênero.....	09
Figura 2: Distribuição dos líderes em função do gênero e faixa etária.....	09
Figura 3: Distribuição dos líderes em função da faixa etária e atuação.....	10
Figura 4: Entendimento dos líderes sobre Percepção Ambiental.....	21
Figura 5: Nível de preocupação dos líderes sobre problemas ambientais.....	26
Figura 6: Entendimento dos líderes sobre Educação Ambiental	34
Figura 7: Aceitação dos líderes sobre a inserção da Educação Ambiental na liturgia.....	35
Figura 8: Palavras relativas à importância da inserção da EA no processo litúrgico.....	36
Figura 9: Percepção dos líderes sobre a sensibilização dos fiéis nas questões ambientais....	37

RESUMO

A sustentabilidade ambiental nunca recebeu tamanha importância como atualmente, estamos apenas no começo de um processo de mudança que a cada dia demonstra ser inevitável e urgente. A falada crise ambiental leva todos os setores inclusive a religião, a ficar alerta nesse tema tão atual e latente. A religião permite conhecer o local onde as pessoas vivem, seus valores em uma cultura. Esta dissertação busca problematizar a percepção dos líderes de uma congregação da Assembleia de Deus a respeito das questões ambientais e a sua inserção nas atividades religiosas. A pesquisa se justifica pela necessidade de fomentar a responsabilidade socioambiental no âmbito da organização religiosa e possibilitar um diagnóstico das percepções dos líderes da congregação. Considerando que a responsabilidade sobre o meio ambiente deve ser equânime na sociedade para mitigar e buscar soluções para crise ambiental, este estudo espera contribuir para verificar como esse segmento da sociedade se apropria desse compromisso. Entende-se que mesmo sendo campos diferenciados, espiritualidade e ambientes são partes de um mesmo mundo para os humanos. Os objetivos da pesquisa foram: verificar a presença ou ausência da temática no processo litúrgico; identificar as atitudes e valores ambientais dos líderes, investigar a percepção dos líderes sobre a responsabilidade da igreja na formação de uma de sociedade ambientalmente sustentável. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva tendo a entrevista como técnica. Os sujeitos da pesquisa foram 29 líderes eclesiais (16 mulheres e 13 homens) de diversas comunidades da cidade de Manaus e que atuavam em diferentes grupos de evangelização. Os resultados apontam que a maioria (65,5%) dos líderes manifestaram estarem preocupados com os problemas ambientais; e 82% consideram que a responsabilidade para buscar soluções reside em todos os segmentos sociais inclusive da igreja. Ao considerarem a inserção da questão ambiental nas atividades religiosas, os líderes admitem que embora não sejam centrais à fé cristã, 89% deles afirmam que seria interessante ter espaços em suas comunidades para tratar questões sobre meio ambiente. Apesar de 52% dos líderes afirmarem que têm algum entendimento sobre educação ambiental, está ainda é entendida de forma muito generalista e superficial, ou seja, um processo de sensibilização em palestras ou algumas práticas simplórias no dia a dia. A grande maioria (93%) dos líderes, no entanto, demonstrou interesse em desenvolver programas de educação ambiental no âmbito das atividades congregacionais. Na percepção dos líderes, os fiéis de suas comunidades, de modo geral (93%), não parecem sensibilizados com os problemas ambientais, e que, portanto, seria um indicativo de uma nova atuação nas atividades religiosas. O estudo, mostra, uma primeira fotografia neste segmento religioso e conclui que programas de educação ambiental devem ser inseridos nestes grupos com o apoio das lideranças, e assim cumprirem sua parcela de responsabilidade socioambiental na busca da sustentabilidade ambiental na Amazônia.

Palavras-chave: religião e meio ambiente; líderes religiosos e meio ambiente; educação ambiental; responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

Environmental sustainability has never received such importance as it is today, we are just at the beginning of a process of change that every day proves inevitable and urgent. The so-called environmental crisis leads all sectors, including religion, to be alert to this current and latent issue. Religion allows you to know the place where people live and their values in a culture. This dissertation seeks to problematize the perception of leaders of an Assembly of God congregation regarding environmental issues and their insertion into religious activities. The research is justified by the need to promote socio-environmental responsibility within the religious organization and enable a diagnosis of the perceptions of the congregation's leaders. Considering that responsibility for the environment must be equal in society to mitigate and seek solutions to the environmental crisis, this study hopes to contribute to verifying how this segment of society appropriates this commitment. It is understood that even though they are different fields, spirituality, and environments are parts of the same world for humans. The objectives of the research were: to verify the presence or absence of the theme in the liturgical process; identify the environmental attitudes and values of leaders and investigate leaders' perception of the church's responsibility in forming an environmentally sustainable society. This exploratory descriptive research had interviews as a technique. The research subjects were 29 ecclesiastical leaders (16 women and 13 men) from different communities in the city who worked in different evangelization groups. The results indicate that the majority (65.5%) of leaders expressed concern about environmental problems; and 82% consider that the responsibility for seeking solutions lies in all social segments, including the church. When considering the inclusion of environmental issues in religious activities, leaders admit that although they are not central to the Christian faith, 89% of them say that it would be interesting to have spaces in their communities to address environmental issues. Although 52% of leaders say they have some understanding of environmental education, it is still understood in a very general and superficial way, that is, a process of raising awareness in lectures or some simple practices in everyday life. The vast majority (93%) of leaders, however, showed interest in developing environmental education programs within the scope of congregational activities. In the perception of the leaders, their community members, in general (93%), do not seem sensitized to environmental problems, and that, therefore, would be an indication of a new approach to religious activities. The study shows the first photograph in this religious segment and concludes that environmental education programs must be inserted in these groups with the support of leaders, and thus fulfill their socio-environmental responsibility in the search for environmental sustainability in the Amazon.

Keywords: religion and environment; religious leaders and the environment; environmental education; socio-environmental responsibility.

Sumário

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	1
PERCURSO METODOLÓGICO.....	5
BREVE HISTÓRICO SOBRE A IEADAM	7
PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	9
ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	10
MEIO AMBIENTE E PROBLEMAS AMBIENTAIS PARA OS LÍDERES ASSEMBLEIANOS	11
Introdução	11
Os problemas ambientais e responsabilidades atribuídas pelos líderes Assembleianos	18
Sobre problemas ambientais	19
Sobre a produção dos problemas ambientais	22
Sobre a responsabilidade de solução dos problemas ambientais	25
Sobre a preocupação com os problemas ambientais	26
Sobre a inserção dos problemas ambientais no âmbito religioso	27
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS CONGREGAÇÕES.....	30
Introdução	30
Educação Ambiental: definições e contextos educativos	32
Percepção dos líderes Assembleianos sobre EA e sua inserção no contexto religioso	33
Atividades de educação ambiental desenvolvidas no contexto das congregações.....	38
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A	48
APÊNDICE B	49
ANEXO 1	51

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A falta de preocupação do ser humano com os problemas ambientais e respectiva responsabilidade para com o meio ambiente denunciam que as pessoas ainda têm um longo caminho a percorrer para o despertar da consciência ambiental. Boff (2009) afirma que a atividade humana irresponsável constrói o princípio da autodestruição, que produz danos irreparáveis à biosfera, que pode destruir condições de vida dos seres humanos. Vários autores alertam que esse desequilíbrio ecológico poderá afetar a Terra e ela buscará uma nova forma de equilíbrio que conseqüentemente acarretará uma devastação. Helene e Bicudo (1994) enfatizam que o modelo adotado pelas culturas ocidentais modernas desencadeia uma lista de problemas socioambientais, responsável não só por alterar o meio ambiente, mas o devastando de uma forma irreversível seja provocando a extinção de plantas e animais, ou a própria humanidade.

Há que se considerar, no entanto, que ao mesmo tempo em que o ser humano possui a capacidade de destruir tudo que lhe cerca, este pode também agregar qualidades ambientais. Assim, é possível que o ser humano possa se responsabilizar em mudar esse ritmo adotando condutas pró-ambientais. Dessa forma, é possível propor novos caminhos para a sociedade, tecendo reflexões que possibilitam traçar novos resultados a partir de processos educativos eficazes e eficientes a cada grupo social, nas mais diferentes esferas da sociedade.

A Educação Ambiental (EA) é uma dessas possibilidades. A EA pode ser definida como um processo que estimula e empodera as pessoas para uma compreensão crítica e global das relações pessoa-ambiente, transformando-se em uma ponte que oportuniza mudanças para desenvolver atitudes e práticas participativas e compromissadas com a questão ambiental.

Reigota (2012) aborda que o entendimento de EA não deve se restringir a apenas a preservação dos recursos naturais, mas também inserir uma leitura crítica que possa ter em sua base uma preocupação com os diversos problemas políticos e sociais. Segundo o autor a EA pode ser definida como pensamento crítico, destacando uma perspectiva ecológica em alto nível. Neste pensamento o intuito não é transformar os atores sociais em ambientalistas, mas em cidadãos responsáveis por fomentar perguntas inerentes às questões ambientais e sua relação com o comportamento humano. Diante do exposto, Henning e Silva (2018) afirmam que a EA é uma solução para os problemas ambientais e por isso deve ser ampliada em todos os contextos sociais, seja naqueles formais (escola) ou os não formais (instituições e organizações diversas). A EA como prática educativa e social tem por desígnio a construção de conhecimento, valores, habilidades e atitudes que visem o entendimento da realidade socioambiental assim como promover ações responsáveis de diversos atores sociais.

Nessa caminhada da EA vários são os segmentos institucionais que uma pessoa está engajada, entre elas os segmentos religiosos. As instituições religiosas são uma expressão da sociedade, que muitas vezes se contrapõem aos pressupostos relacionados à ciência. Além disso, tais divergências também são encontradas dentro de cada denominação religiosa, as quais divergem em doutrinas de acordo com as crenças de fé. No mundo ocidental, o cristianismo é mais numeroso e de forte influência no cotidiano das pessoas. No entanto, mesmo no cristianismo há congregações distintas. Embora todas tenham sua importância, o foco desse estudo está na denominação “Assembleia de Deus”, da qual faço parte e cujos ritos me inquietaram pela relativa ausência da questão ambiental nos mais diversos ritos da comunidade que estou engajada.

Considerando que a Constituição Brasileira de 1988 ressalta tanto o direito à liberdade de religião quanto o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, como tais rubricas estão relacionadas? Para responder essa questão, acredito que o cristão, dentro de sua fé, também tenha um papel relevante com relação à responsabilidade ecológica e ambiental. O próprio Yeshua¹ ordena ao ser humano “que lave a terra e guarde o planeta” (Gn 1 e 2). Essa responsabilidade legitimada como mandamentos bíblico, mostra que ambos estão no mesmo caminho e, acima de ser um confronto com a missão plena que a Igreja desempenha na sociedade, inserir a questão ambiental na prática da fé é um aspecto que fortalece a própria consciência religiosa.

Antes de adentrarmos nesse aspecto, percebo que apesar da emergência e urgência de atenção ao meio ambiente, poucos estudos têm sido desenvolvidos sobre a temática de religião e ambiente dentro das igrejas protestantes. Na verdade, havia até recentemente pouca busca de apoio explícito dos órgãos ambientais para com segmentos religiosos, mesmo sabendo-se de seu alto poder de arregimentar e mobilizar pessoas. Isso, no entanto, recentemente a ONU, de forma inédita, se ocupou em abrir espaço para esse segmento solicitando maior compromisso e responsabilidade aos grupos religiosos para a proteção das florestas. O primeiro passo foi dado em 2017, quando o braço ONU Meio Ambiente ONU (Organizações das Nações Unidas) lançou a iniciativa “Fés pela Terra”. A rede construída a partir desse pleito, aproximadamente 1.500 organizações religiosas ou baseadas na fé passaram a ser chamadas para liderarem políticas e atividades de maior cuidado ao planeta. Logo a seguir foi instituído a “Iniciativa Inter- Religiosa para Florestas Tropicais”, que tinha como objetivo engajar lideranças religiosas para acabar com a destruição das florestas tropicais no mundo.

¹ **Yeshua** Hamashia significa Jesus Cristo, o Messias. É um termo em aramaico, que era a língua falada por Jesus que deu origem a diversos idiomas falados.

Continuando nessa linha, em 22 de setembro de 2021 a ONU lança a “Campanha Fé pelas Florestas” que faz um apelo contundente para ter pessoas de todas as religiões voltadas para um esforço conjunto para acabar com o desmatamento tropical (<https://unicrio.org.br/campanha-da-onu-meio-ambiente-visa-unir-religoes-em-prol-da-conservacao>). O peso dessa deferência vindo de um órgão como a ONU revela a importância de se adentrar nessa seara da religião e meio ambiente. A ONU acredita que esse movimento será uma grande contribuição para a Cúpula de Ação Climática, por meio de ações de mobilização, educação e ativismo de organizações religiosas, redes e locais de culto em todo o mundo em prol da proteção das florestas tropicais, bem como da justiça climática.

Nesse sentido, vemos, mesmo que tardiamente, um apelo específico para que as instituições religiosas assumam a liderança e maior responsabilidade, não apenas em relação à mudança climática, mas a qualquer relação ao meio ambiente. Tal papel de responsabilidade não pode ser ignorado, diante de um dos maiores perigos que planeta enfrenta atualmente, que é o ambiental. Parte-se assim, da importância de intensificar uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas igrejas, em particular das evangélicas na questão ambiental.

Para avançar no efetivo desenvolvimento da Educação Ambiental (EA), vários autores afirmam que o processo educativo há que ser apropriado para o público-alvo e que reflita as expectativas e necessidades próprias do grupo. Nesse sentido, a Percepção Ambiental (PA) é um caminho que permite esse diagnóstico inicial na proposição educativa. Guimarães (2006) aborda que a EA como múltiplas cores de tons de educação sendo uma forma de se referir a essa diversidade de aprendizado e conhecimento, traduzindo desta forma vários modos possibilitando ferramentas que possam colaborar como desenvolvimento das atividades educativas. Cada público está inserido num contexto específico, situado no espaço e na história. Suavé (2005) chega a se dirigir a esses diversos espaços de aprendizado como “igrejinhas” pedagógicas que propõem a maneira correta de educar, (o melhor) programa, o método (adequado).

A PA nos dá, ainda, condição para compreensão em particular de cada pessoa sobre as questões ambientais, incluindo o papel de cada um e de todos na produção dos problemas e busca de soluções sobre a maneira de agir em relação ao espaço que nos cerca. Os estudos sobre PA são importantes não somente para analisar o entendimento das pessoas a respeito de um dado ambiente, mas também vislumbrar o ambiente em que elas estão inseridas, haja vista que esses indícios apontam o tipo de relacionamento que dali emerge.

Este estudo procura assim, investigar as PA de lideranças assembleianas da IEDAM acerca dos problemas ambientais atuais e a possibilidade de inserir os processos de educação ambiental nas diversas atividades próprias da igreja que estão sob sua responsabilidade. Tal

pesquisa se faz necessária para a sensibilização, melhoria da orientação, aconselhamentos e doutrinas eclesiásticas dentro das congregações, de modo a contemplar o mundo que nos foi dado e pelo qual temos o compromisso de cuidar e proteger. Mesmo sendo campos diferenciados, espiritualidade e ambiente são partes de um mesmo mundo para os humanos.

No campo das religiões, o meio ambiente não é o foco principal na maioria delas, mas requer certa espiritualidade para estar completo. Da mesma forma, a espiritualidade só pode ser plenamente exercida com o respeito ao meio ambiente. As escrituras bíblicas, portanto, além da orientação dos dogmas de fé, podem ser usadas como bússola para preservação com a mediação de líderes religiosos, estudiosos das escrituras e ministradores de cultos. Desse modo, urge a necessidade de usar essa sustentação, esses saberes com mais racionalidade nas questões socioambientais.

Os questionamentos que motivaram este estudo advêm da necessidade de verificar modos de pensar e agir dos líderes das comunidades assembleianas de Manaus-AM. Diante de inúmeras adversidades sociais, ações importantes são indispensáveis para superar a crise. Assim a conscientização ambiental que pode ser estimulada pela EA, é essencial para a ressignificação de valores e comportamentos, que visam o bom manuseio dos recursos naturais. A religião desempenha um papel importante, um poder de influência sobre seus membros, facilitando a consolidação de valores e culturas das comunidades que se insere em sua responsabilidade pastoral. Castilho (2006 p.70) conclui que a religiosidade é a demonstração do sagrado que é mitigado “[...] medo em frente ao fim da vida, impondo a obediência morais para a sua sobrevivência humana”

O Código Civil de 2002 determina que as Organizações Religiosas exerçam atividades que viabilizam o alcance de forma significativa, edificando a divulgação, promoção e consolidação social no acréscimo da fé, desta forma colaborando para a diminuição de sérios problemas existentes em nosso país (BRASIL 2002). As igrejas Assembleias de Deus possuem uma vasta agenda de programações onde envolvem várias comunidades de faixa etária diferenciadas, um trabalho de inclusão social. Nesse sentido, a possibilidade de incluir a Educação Ambiental em seus ritos religiosos a fim de dar amplitude de conhecimento em relação ao mundo que Deus criou, está implícito nos documentos eclesiásticos. No entanto, pouco se sabe como isso realmente acontece, se todas as comunidades atuam efetivamente nessa orientação. Estariam os líderes religiosos dessa congregação atuando de acordo com tais orientações? Como esses líderes se posicionam diante dos problemas ambientais atuais? Qual a percepção dos líderes sobre a inserção da EA nos ritos religiosos? Há evidências de estímulo efetivo para a inserção da EA nas atividades e cultos da comunidade?

Estes questionamentos formaram a base para este estudo, cujos resultados podem revelar a importância desses segmentos religiosos serem agentes ativos para a transformação dessa relação pessoa ambiente que está centrada numa insustentabilidade socioambiental. A motivação para escrever sobre esse tema se dá pela possibilidade de tornar-me uma cristã que evidencie essa racionalidade adquirindo conhecimentos importantes para a construção ou reconstrução deste planeta. Há anos me converti na fé cristã protestante e ainda no papel de mentora e pastora de uma congregação, nunca participei de um seminário onde eu pudesse ter acesso à orientação, ensinamentos sobre o meio ambiente, desta forma a introdução deste estudo nos leva a esse julgamento da postura da “Igreja” diante da sociedade.

Com a minha inserção no mestrado comecei a ouvir e compreender que esse planeta em que vivemos é o lugar de expressão da espiritualidade seja qualquer religião. Durante minha vida acadêmica pude participar de projetos sobre mudanças de comportamento e hábitos em nossas comunidades, mas não havia me dado conta de que ao inserir esse tema dentro das práticas religiosas, não é apenas um engajamento acadêmico, mas um dever religioso de cuidado de nossa casa, de nosso planeta e assim dar graças ao Deus que nos presenteia com essa dádiva.

Para tanto, com a descoberta da possibilidade de trabalhar essa dimensão da EA dentro das comunidades religiosas e proporcionar a variedade de forma de incentivar o líder religioso a perceber os problemas ambientais dentro da sua comunidade e trabalhar as responsabilidades deste grupo. Para isso temos como objetivo geral compreender as percepções ambientais dos líderes eclesiais das igrejas evangélicas da Assembleia de Deus de Manaus-AM sobre os problemas ambientais e a inserção da educação ambiental nos ritos religiosos.

Os objetivos específicos contemplam: a) Investigar o entendimento dos líderes sobre os problemas ambientais; b) Verificar o que pensam os líderes sobre a inserção da educação ambiental no processo litúrgico; e c) Identificar a existência ou não de atividades de educação ambiental na comunidade congregacional.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório e descritivo. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como finalidade uma maior intimidade com o problema possibilitando torná-lo mais visível e construir possibilidades. A categoria descritiva requer do investigador um conjunto de informações sobre o objeto que deseja investigar, conectando fatos e fenômenos de uma realidade (TRIVIÑOS, 1987). Fez-se uso da entrevista semiestruturada

para coleta de dados. Minayo (2009) descreve a entrevista semiestruturada com o conjunto de perguntas abertas e fechadas que possibilitam o entrevistador a discorrer sobre o objeto em questão e o respondente poder fazê-lo de forma particular e pessoal.

O roteiro da entrevista continha questões abertas sobre o tema da religião-meio ambiente, responsabilidade socioambiental, percepções de problemas ambientais, e a inserção da EA nos ritos religiosos, ações pró ambientais. Além disso, algumas questões fechadas sobre o perfil sociodemográfico (sexo, idade, renda, escolaridade, dentre outros) que possam ser variáveis de controle explicativo das respostas (APÊNDICE A). Para a consolidação do protocolo de pesquisa foi realizado uma aplicação piloto para verificar o entendimento das questões e o tempo de realização. Após essa aplicação fez-se uma adequação das perguntas para melhorar a coleta de dados.

Após um levantamento de igrejas em Manaus do ministério IEADAM (Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas), as comunidades eclesíásticas de Manaus foram selecionadas por acessibilidade, assim como seus representantes para contato com os líderes que se dispusessem a participar da pesquisa (GIL, 2002; LAKATOS; MARCONI, 2001; VERGARA, 2006). A entrevista foi feita com 29 (vinte e nove) líderes religiosos que atuavam com grupos de diversas atividades, em suas comunidades eclesíásticas.

O critério de seleção foi de ser líder da IEADAM, com no mínimo 12 meses de exercício junto à igreja, sendo do sexo feminino e masculino com idade a partir de 18 anos de idade. Foram excluídos os líderes com alguma comorbidade de saúde ou que estivessem doentes, tendo em vista os cuidados necessários de proteção contra a propagação do vírus da COVID-19. Todos os cuidados sanitários foram obedecidos para proteção dos entrevistados. A entrevista teve duração média de quinze minutos.

Após a transcrição da entrevista e inclusão dos dados numa planilha do Excel os dados referentes às perguntas fechadas tiveram um tratamento estatístico descritivo, enquanto as perguntas abertas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo Temática, que segundo BARDIN (2006/2011) é um agrupamento de técnicas de investigação das comunicações. Não se refere somente a um instrumento, mas de uma bagagem bem ampla das comunicações. A análise de conteúdo aborda três bases fundamentais nesse processo de utilização são elas: pré-análise; exploração do material; inferência e interpretação para o tratamento do resultado e categorização. As categorias poderão ser codificadas e analisadas junto à outras variáveis do perfil sociodemográfico para um aprofundamento das percepções a partir dessas diferenças.

O estudo seguiu as Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo Seres Humanos estabelecidas pelo Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONEP) por meio das Resoluções de Nº 466, de

12 de dezembro de 2012 e da RE de 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2012; 2016). O projeto foi enviado e aprovado pelo CEP da UFAM sob no. 68557423.6.0000.5020 (ANEXO A). A participação dos pastores, se deu após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi lido e gravado (APÊNDICE B).

BREVE HISTÓRICO SOBRE A IEADAM

A Assembleia de DEUS (AD) foi fundada em junho de 1911 em Belém do Pará por Gunnar Vingren e Daniel Berg. No Estado do Amazonas a AD chegou em 1918. No início do ano de 1917 Severino Moreno de Araújo aportou em Manaus procedente de Belém – PA com a missão de compartilhar o Evangelho. Depois de um ano em Manaus, Severino Moreno retornou à sua cidade de origem Belém solicitando então outras pessoas para continuarem sua evangelização. Assim, um casal de Suecos, Samuel e Luna Nystrom, chegaram a Manaus e no dia 1º. de janeiro de 1918, organizaram e fundaram a igreja Assembleia de Deus em Manaus. A sede foi implantada na rua Henrique Martin, esquina com a 13 de Maio, atual avenida Getúlio Vargas. Em um casarão alugado de dois andares, embaixo funcionava as reuniões que chamam de cultos e em cima a residência pastoral, também conhecida como casa pastoral.

Samuel Nystrom esteve na direção da Igreja com a visão voltada para o ensino. Dessa visão nasceu a primeira Escola Bíblica Dominical (abril 1992) conhecida nos dias atuais como EBD que são reuniões de estudos intensivos para obreiros. Denomina-se obreiro a pessoa que está disponível para trabalhar em atividades religiosas. A igreja AD, com visão local e global fundou a CEADAM, uma sociedade civil sem fins lucrativos, com jurisdição em todo o território amazonense com sede e funcionamento na cidade de Manaus. Sua função é administrar vários templos espalhados por todo vasto Estado do Amazonas, oferecendo amparo espiritual, social e administrativo contando atualmente com 62 áreas de coordenação eclesial.

A função da CEADAM é dar apoio aos municípios que são separados por águas e estradas tornando difícil o acesso a algumas localidades, por esse motivo a CEADAM atua como intermediador para acompanhar e apoiar aos devidos obreiros para resolver os problemas de cada zona. A missão da CEADAM é administrar e supervisionar a evangelização da cidade de Manaus e interior do Estado que se dá por intermédio de 2.450 pastores, 1.071 campos missionários e mais de 3.000 templos, todos filiados e cadastrados na Convenção Estadual.

A liderança da IEADAM ocorre pelos líderes Assembleianos que são pessoas (homem ou mulher) que têm uma formação nos ritos de fé religiosa e formação de liderança. Após sua aprovação nestas fases, o líder assume uma célula (grupos de “pequenos rebanhos”). O líder de

sexo feminino irá liderar grupos de mulheres, e se for do sexo masculino irá liderar grupos de homens; da mesma forma, esses grupos são divididos em grupos de crianças, de jovens, de adultos e idosos). Os líderes jovens atuam com as crianças e jovens; os líderes adultos atuam com adultos; os líderes idosos atuam com os idosos.

Um líder que chega ao um nível máximo na hierarquia Assembleiana passará a ser denominado Pastor. Há dois tipos de Pastores, o “Pastor de Área” se ocupa com atividades de visitas à comunidade pertencente àquela área geográfica, que pode ter mais de uma congregação. Já o “Pastor Dirigente” se ocupa com a direção da igreja de forma administrativa e espiritual. O Pastor Dirigente só pode atuar numa mesma congregação.

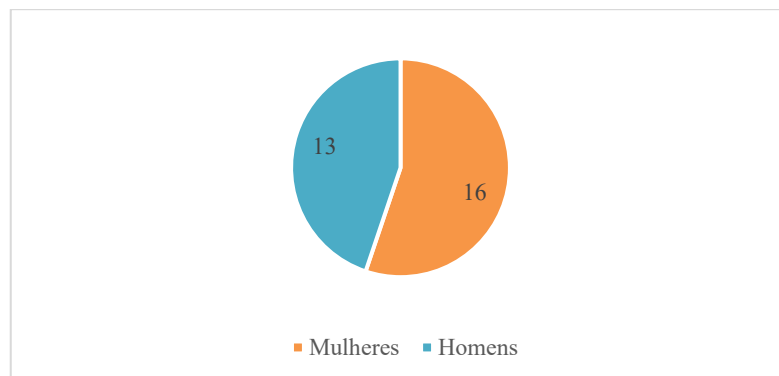
As atividades da IEDAM são protagonizadas pelos líderes e podem ser brevemente descritas como atividades diárias, semanais, mensais e anuais. As atividades são organizadas nas agendas anuais de cada equipe de trabalho denominada coordenação. Na Igreja Assembleia de Deus existe 5 coordenações são elas: coordenação de casais, homens, mulheres, jovens e crianças. Tais coordenações trabalham com células, células são pequenos grupos que se reúnem semanalmente para suas atividades exceto na célula de casais que se realiza de 15 em 15 dias, está célula é mista de homens e mulheres, tratam assuntos relacionados a família, educação de filhos, conflitos familiares dentre outros.

As reuniões semanais também denominadas de cultos acontecem 3 vezes por semana. Terça- feira acontece os cultos de ensino e doutrina, onde o objetivo é ensinar o credo da igreja. Nas quartas-feiras acontece o círculo de oração onde todos os líderes devem estar e nas quintas-feiras acontecem as células. As células que acontecem na quinta-feira envolvem todos os pequenos grupos separadamente, cada célula tem um endereço diferenciado, o objetivo de todos estarem no mesmo dia em célula é facilitar a logística para o pai e a mãe envolverem seus filhos. Aos domingos acontecem duas atividades a primeira pela manhã denominada Escola Bíblica Dominical com as classes de jovens, homens, mulheres e crianças, o objetivo é levar o ensino religioso para cada faixa etária. A segunda atividade no domingo é desenvolvida a noite denominada cultos temáticos, cada domingo do mês tem o tema específico e uma coordenação que dirige. A direção dos cultos se denomina liturgia, envolve cada líder da coordenação que está responsável pela direção naquela data a ser realizada. Na agenda destacam-se os eventos externos no calendário e os seminários como atividades seculares.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 29 líderes religiosos (16 mulheres -13 homens) (Figura 1).

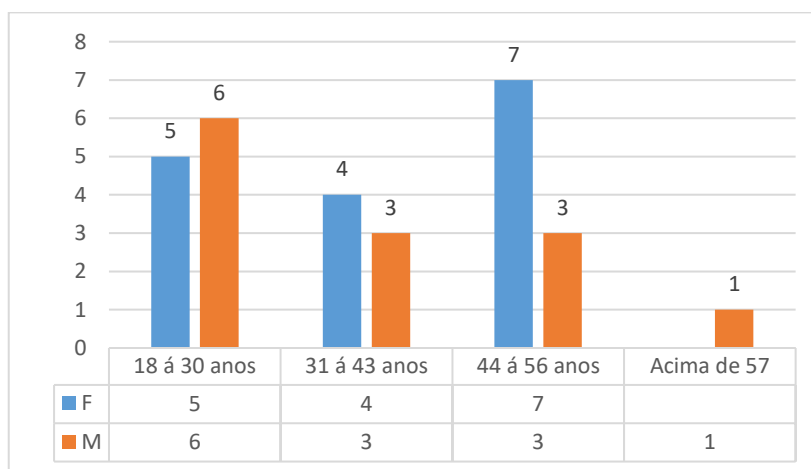
Figura 1: Distribuição dos líderes em função do gênero.



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

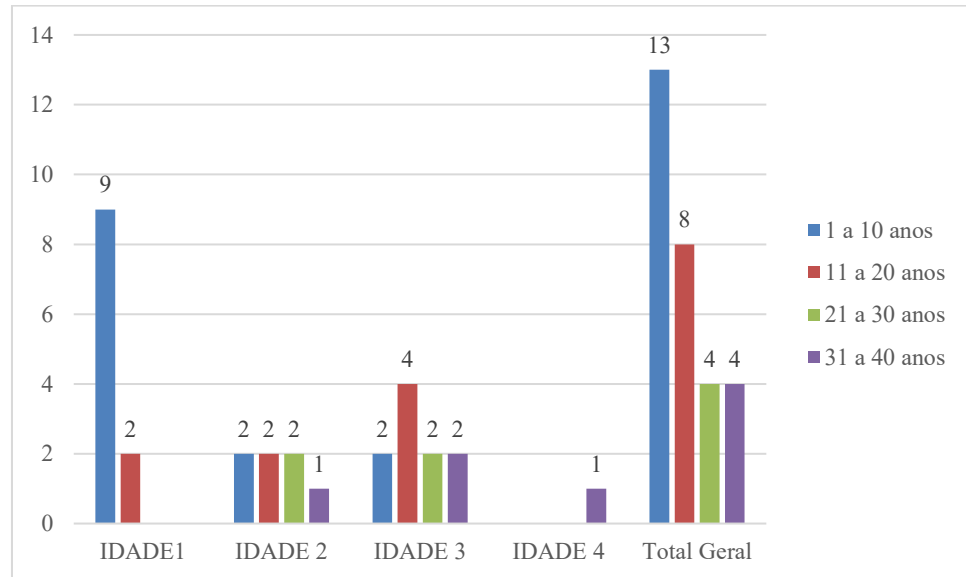
A idade dos participantes foi de 18 a 60 anos de idade (distribuídos em 4 faixas etárias 1= 18 a 30 anos de idade; 2= 31 a 43 anos; 3= 44 a 56 anos; e 4 acima de 57 anos) (Figura 2).

Figura 2: distribuição dos líderes em função do gênero e faixa etária



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

O tempo de atividade destes líderes à frente dos respectivos grupos varia de 1 a 40 anos, sendo que a maioria (55%) desses participantes já atua há mais de 10 anos nas comunidades religiosas com liderança para esse público. Observa-se que 37% dos participantes têm menos de 30 anos de idade, 24% entre 30 e 43 anos de idade, e 38% têm mais de 44 anos de idade. (Figura 3).

Figura 3: Distribuição dos líderes em função da faixa etária (idade) e tempo de atuação (anos)

Fonte: Dados de pesquisa (2023).

A atuação como líder religioso ocorre de forma concomitante com suas atribuições profissionais fora da igreja. Os participantes relataram ter como ocupação atividades diversas, como ser exclusivamente pastor (3); Psicólogo (2) Assistente Social (1); Cabelereiro (4); Industriário (2); Pedagogas (2); Vendedor (1); Vigilante (1); Enfermeiro (1); Mídias (1); Estudantes (2). O maior quantitativo desses líderes eclesiais abrange os grupos coletivos (infantil/juvenil, homens e mulheres) são líderes que trabalham com atividades voltadas para esse público-alvo.

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo trata de um apanhado da literatura que problematiza as questões ambientais e ameaças que configuram a crise ambiental, bem como os resultados obtidos neste estudo.

O segundo capítulo aborda a Percepção ambiental, sua definição e o uso como construção conceitual para a reflexão do modo de pensar desses líderes religiosos.

O terceiro traz uma problematização sobre Educação Ambiental em contextos não escolares, procurando discutir a possibilidade de sua inserção nas mais diversas instituições, no caso focando as organizações religiosas. Nesse sentido, estão inseridos os resultados obtidos a partir da percepção dos líderes religiosos. Por fim, inclui uma seção com as considerações finais.

Capítulo 1

MEIO AMBIENTE E PROBLEMAS AMBIENTAIS PARA OS LÍDERES ASSEMBLEIANOS

Introdução

Quando falamos em crise, nos vem logo à memória uma situação extremamente complicada, algo que foge do controle. A ideia de que vivemos uma crise ambiental é amplamente divulgada tanto entre grupos ambientalistas quanto entre acadêmicos e comunicadores sociais. Nem todos, no entanto, dão o necessário crédito sobre sua emergência e urgência. No seio dessa chamada crise ambiental o crescimento populacional e a ação humana são vistos como desencadeadores de diversos problemas no planeta, tais como mudança climática, desmatamento, poluição em geral e perda de biodiversidade. Até pouco tempo atrás a crise ambiental era menosprezada em detrimento à meta de desenvolvimento econômico.

Foladori (2001) dá destaque para a finitude dos recursos naturais, visto que o planeta Terra, assim como os recursos, é finito como lugar de vida, do mesmo jeito que cada espécie tem seu tempo de vida determinado. Esta perspectiva significa que o problema não está na finitude dos recursos e nem no tempo de vida, mas sim na celeridade de sua utilização. Murad (2016) ao destacar sobre a degradação intensa dos recursos ambientais, afirma que ela se dá devido ao antropocentrismo, cujo pensamento atribui ao ser humano condição superior em relação a todo o universo, com a ideia ilusória do progresso infinito e do desenvolvimento ilimitado. Tais ideias geram uma concepção de desenvolvimento infinito, pressionando o ecossistema e seus recursos naturais. Está inerente nela a doutrina de um estoque que não se finda, podendo usar, extrair, tudo para consumir, vender e produzir sem que tudo isso se extinga.

Discutir sobre meio ambiente e religião é estabelecer uma relação necessária entre ambos. A comunhão tanto com a divindade quanto com outros seres humanos e não humanos, junto com o entorno no qual habitam, tem recebido uma atenção especial ao longo do século XX. No Cristianismo, meio ambiente e demais seres vivos historicamente foram tratados de forma controversa, seja na comunidade católica ou protestante, mas nos últimos anos tal postura mostra sinais de mudança, de forma a agregar todas essas dimensões para a vivência religiosa.

A Igreja Católica Apostólica Romana tem como marca fundamental o Concílio Vaticano II podendo ser chamado de eclesiologia de comunhão (TEPEDINO, 2002). Como o termo Criação remete sempre a um criador, ocorrendo que a Terra, tem um dono e que somos todos mandatários não para destruir, mas para velar, cuidar, preservar-se. A partir daí é que se entende que a dimensão ecológica da fé deve ser inserida como uma dimensão da eclesiologia de comunhão. A partir dessa fundamentação eclesiástica, o Papa Francisco (2015, p.68) afirma que a toda comunidade baseada na eclesiologia de comunhão, deve aprender a respeitar “as leis da natureza e os minuciosos equilíbrios entre seres deste universo”. Vendo por essa perspectiva a simetria entre o ser humano e a criação é uma condição para vivência concreta da eclesiologia.

Stephanini, (2016) descreve um paralelo entre o acolhimento e respeito ao próximo com a comunhão e relação com a natureza. Para isso é necessário realizar um relacionamento com a criação para a comunhão com a espiritualidade e poder fazer uma compreensão da importância de perceber Deus como amor com concordância de uma construção de cuidado e atenção à natureza.

O Concílio Vaticano II (CVII, 1961) tem uma representatividade para a história do cristianismo. A partir de uma perspectiva de fé e apreço, buscou uma nova compreensão sobre natureza e missão no mundo, assim como uma ponte para novas tendências da vida do ser humano contemporâneo. Nesse sentido o Concílio Vaticano II inseriu novas perspectivas de entendimento da vida da Igreja, procurou refletir a relação da Igreja com a Trindade e com a missão no mundo, a fim de compreender seu próprio ministério e sua missão, trazendo a natureza como um aspecto da criação divina cuja existência deve ser protegida pelos humanos.

Entre os protestantes, não houve nenhum evento ao nível do Concílio Vaticano II, até mesmo porque entre ambos as coisas fluem de forma diferenciada. Como afirma Stephanini (2016) o percurso das Igrejas Protestantes pode ser entendido através do pensamento teológico e da publicação de inúmeros livros de cunho pragmático a respeito dos pequenos grupos, sendo revelador o interesse e preocupação com a comunhão que necessita ser fortalecida.

Em meados do último século, tanto no catolicismo como no protestantismo foi adotado uma estratégia de pequenos grupos como configuração eclesial a fim de vivenciar com mais efetividade os valores do Reino de Deus e desenvolver a missão. Tais grupos passaram a ser chamadas de Igreja em Células. Segundo o missionário e teólogo norte americano Neighbour Jr. (2000), esse movimento está baseado no Novo Testamento onde os pequenos grupos eram reconhecidos como extensão do Reino de Deus, para compartilhar prática da Igreja na época. Esse movimento veio da inspiração do pastor do Sul da Coréia, Yonggi Cho, que liderava uma pequena igreja Assembleia de Deus na Coréia do Sul, no início da década de 1970.

A filosofia destes pequenos grupos eclesiais tem se estabelecido em muitas igrejas protestantes no Brasil, trazendo grandes mudanças no modo de ser igreja e de agir no mundo. Tal semelhança aconteceu também nas comunidades católicas a partir do Vaticano II. A versão era chamada de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), muito presente nas igrejas católicas Brasileiras incluindo o século passado. Discutida e aprofundada pela Conferência de Aparecida que tratava de formas eclesiais criadas a partir da realidade do povo, o objetivo era o mesmo cultivar a comunhão e desenvolver a profundidade eclesial. Cavaca, (2013, p. 129) afirma que tal documento de Aparecida destacava a verdadeira correção da Igreja de Cristo. Porém, nestas conferências o cuidado com o ambiente – natureza não está explícito.

O Papa Francisco (2015), protagonizou para os católicos a necessidade de reflexão sobre os problemas ambientais, os quais, segundo o Papa, têm seu início nos atuais moldes tecnocráticos e o antropocentrismo. Esse modelo tecnocrático pode ser entendido, segundo Papa Francisco, como a forma com que os atores sociais assumiram a tecnologia e seu desenvolvimento, cuja inclinação nem sempre são favoráveis ao meio ambiente. Na mesma linha, Boff (2009), já alertava ao explanar sua ideia sobre exploração sem controle dos recursos do meio ambiente, diz:

Ela é como coração, que está sendo atingido gravemente, todos os demais organismos vivos serão lesados: os climas, as águas potáveis, a química dos solos, os micro-organismo, as sociedades humanas, [...] (2009, p.15.)

Fora do âmbito da religião os problemas ambientais são fartamente colocados para que a sociedade possa rever sua forma de pensar e agir. Segundo Achim Steener, diretor do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, as preocupações advêm do exponencial aumento da população planetária que atualmente passa de 7 bilhões de habitantes e que esse quantitativo poderá em 40 anos saltar para mais de 39 bilhões (<https://news.un.org/pt/audio/2013/09/1076461>). Na reportagem da Agência Deutsche Welle, (DW-WORLD.DE) publicada pelo Eco Debate em 01/03/2010. Amberger, Jeppesen e Pontes (2010) reiteram que necessitamos compreender que este problema não é insignificante. Medeiros (2006) descreve o crescimento populacional extraordinário alicerçado ao desenvolvimento econômico e a ausência de responsabilidade ambiental tem fomentado violações ecológicas que ameaçam a margem de capacidade do planeta.

Não é só o quantitativo que nos assusta, ou que está no centro da crise ambiental, mas os acontecimentos colaterais e indiretos. O nível de consumo atual, sobretudo dos mais abastados, impulsiona uma exploração elevada pressionando a capacidade de suporte do planeta. Haja vista que nesse ritmo nossa pegada ecológica fica insustentável. A pegada ecológica é usada para calcular o quanto o ser humano consome de recursos extraídos do meio

ambiente (LAMIM-GUEDES, 2011). Segundo Amed et al. (2010) a pegada ecológica existente atualmente já é maior do que o limite que o planeta suporta. Dessa forma, percorremos um caminho em direção a um estrago sem precedentes do planeta. No entanto, cada nação, cada organização, cada comunidade, cada pessoa aflige o planeta em níveis diferentes. A responsabilidade na produção desses problemas é a nossa ação direta ou indireta no consumo e estilo de vida adotado.

Vários estudos afirmam que os PA do mundo foram causados pela ação antrópica sobre a natureza. Esse processo ficou mais severo a partir da revolução industrial no século XVIII, com o uso excessivo de combustíveis fósseis. Atualmente em nosso planeta os problemas são diversos entre eles, poluição do ar, da água, do solo, desmatamento e queimadas de florestas, extinção de espécies, degradação do solo, poluição dos rios e oceanos e forte emissão de gases de efeito estufa. Além disso, a superpopulação representa grande parte do quantitativo de problemas ambientais, tendo em vista a repercussão de muitas pessoas atuando de forma deletéria. Da mesma forma, a baixa conscientização global da necessidade de mudar o estilo de vida de alto consumismo e exploração sem limites dos recursos naturais, são situações que asseveram os problemas ambientais.

O desmatamento e queimadas das florestas transformando-as em áreas para a criação de gado e plantios de monoculturas agrícolas são cada vez mais presentes na Amazônia. A estimativa é que cerca de 7,3 milhões de hectares são destruídos a cada ano. Em relação ao desmatamento, um índice bastante preocupante na Amazônia que afeta diretamente a redução de habitats de variadas espécies da fauna e flora desencadeando uma quantidade excessiva de detrito orgânico, material combustível que associado ao lixo e à biomassa morta, deixa essas regiões mais vulneráveis às queimadas (TABERELLI et al., 2004). Além da perda da biodiversidade e proteção do solo, uma das funcionalidades da floresta é manter o carbono fora da atmosfera e dos oceanos. Rittl (2008) destaca um fator importante sobre esses problemas ambientais acima destacado, é a lixiviação do solo, desencadeando a erosão do solo, em conjunto com recursos hídricos, carregados de nitrogênio, fósforo, potássio presente nos esterco bovino. No campo os problemas ambientais rurais são originados da utilização de elementos da natureza no desenvolvimento das atividades de produção. Tais atividades são executadas de forma desenfreada, gerando um conjunto de impactos no meio ambiente. Os principais problemas ambientais tais como; poluição da água com metais pesados, a mineração, o mau uso do solo que produz tanto a erosão quanto a compactação do solo.

Já na cidade podemos destacar problemas ambientais que contribuem significativamente na vida das pessoas e na proteção dos recursos naturais. A pressão nesses fragmentos florestais se dá, muitas vezes devido à explosão do crescimento demográfico das cidades, aliado à

ausência de planejamento estrutural. Os problemas ambientais urbanos são cada vez mais presentes na paisagem das cidades, exemplo disso são as enchentes, lixos urbanos, despejo de esgotos nos rios, poluição sonora, grande emissão de gases de efeito estufa, o desperdício de água e de energia. Outro problema ambiental no Brasil é ocasionado por queima incompleta de combustível fóssil, proveniente de frota de automotores principal forma de transporte de carga do país (MORAES; TUROLLA, 2004).

Todos esses problemas são gerados pelo consumismo próprio da sociedade atual que parece pouco preocupada com a consequência de seu estilo consumista. De acordo com Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA 01/86), os impactos ambientais são tudo que vem alterar de forma química, física e biológica o meio ambiente, originada da ação do ser humano, que interferem de maneira direta ou indireta a saúde, segurança, bem-estar da população, qualidade de vida e atividades socioeconômicas, condições saudáveis do meio ambiente.

Serpa (2008) afirma que o contexto urbano e metropolitano deve ser considerado e abordado dentro dessa atual problemática ambiental, partindo do pressuposto de que existe uma relação sociedade-natureza. No entanto, a evidência dessa relação pessoa-ambiente nunca foi tão óbvia no sentido de que cada habitante deve se sensibilizar e mudar seu modo de agir para minimizar os problemas ambientais. Os padrões de comportamento humano na era da revolução industrial ainda persistem e se caracterizam pela busca incessante de ganhos socioeconômicos, originando toda sorte de problemas ambientais. Em resumo, o comportamento humano é o que está na origem dos problemas ambientais. Esse comportamento é consequência de modos de pensar e agir centrado em crenças, valores e atitudes que acreditam que o ser humano pode tudo nesta terra (GOUVEIA; COELHO, 2003; ROKEACH ([1986]1981).

Nesta lógica, me recordo de um texto estudado ainda na faculdade, antigo, porém ainda muito atual, de autoria cacique Seattle em carta ao Presidente americano Franklin Pierce em 1854, afirmando que a terra não pertence ao ser humano; somos nós que pertencemos a ela, este contexto nos faz pensar que tudo está ligado e nós somos apenas uma parte desta dimensão podendo relacionar Humanidade e Natureza.

Diante desse cenário, considera-se que os problemas ambientais são em grande parte produzidos pelas pessoas. Resta assim, as pessoas assumirem a responsabilidade de mudar esse cenário. Para tanto, a literatura nos oferece alguns caminhos centrados na Educação Ambiental, como forma de sensibilizar, informar, capacitar e de tornar concreto o compromisso para uma transformação socioambiental (HIGUCHI; AZEVEDO, 2004). Para que isso ocorra é necessário um entendimento sobre a temática ambiental, a origem dos problemas ambientais e a responsabilidade das mais variadas rubricas sociais, inclusive a dos líderes religiosos. Nesse

sentido, as Percepções Ambientais (PA) são amplamente utilizadas para acessar o modo de pensar das pessoas acerca de um evento, fenômeno ou objeto ambiental.

Ao se referir à PA é importante não se confundir com a percepção em si. Segundo Helbel e Vestena (2017) a percepção corresponde na aquisição, interpretação, seleção e organização do conhecimento adquirido pelos sentidos. Nesse sentido, a percepção é um atributo psíquico que permite a introjeção da realidade externa como extratos subjetivos. A psicologia é a ciência que estuda tais concepções para poder explicar modos de pensar e agir das pessoas. Oliveira (2006, p. 35) adverte que não existe percepção errada ou inadequada, existem sim, percepções diferentes, que refletem tanto as vivências sociais quanto o espaço físico que as pessoas se engajam em suas atividades humanas.

A partir disso, na perspectiva psicológica, a percepção humana pode ser compreendida como convívio com a realidade envolvente, por meio dos órgãos dos sentidos. Esta percepção é planificada a partir de sua relação psíquica com o meio, no conjunto de suas ações realizadas. Okamoto (2002) diz que obtemos o pressentimento do ambiente pelo fomento dos sentidos, sem ter sapiência disso, somos contra-atacados por estímulos impetuosos de toda ordem e caminhos de acordo com nosso interesse ou por nos chamar atenção, sucedendo a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento) obtendo uma resposta que direciona a um determinado comportamento. A percepção, como fenômeno psíquico, portanto, é um aspecto subjetivo da aprendizagem humana, a qual não se limita à intelectualidade, mas alcança a totalidade do ser, aprendemos observando a nós mesmo e aos outros e ao nosso entorno, onde há coisas e acontecimentos próprios.

Quando essa percepção se dirige ao entorno e aos elementos mais diversos do ambiente, passa a ser denominada Percepção Ambiental (PA). Segundo Kühnen e Higuchi (2011) PA é a maneira de como podemos extrair os pontos de vista vivenciados do ser humano na relação pessoa-ambiente. O processo sistêmico da inter-relação pessoa-ambiente quer dizer sobre o relacionamento com o seu entorno, tendo como relevância não apenas o ambiente físico, mas também os aspectos sociais, culturais e históricos.

Os estudos em PA incluem investigações dos conhecimentos e modos de agir na relação com o ambiente, seja de um indivíduo em particular ou de um grupo social. Essas PA podem dar subsídios para fomentar processos educativos e normativos que visem a construção de novos valores e comportamentos em prol a conservação ambiental. Marin (2008) anuncia que somente nesse processo de descoberta do modo de viver e de se relacionar com o ambiente pode fundamentar uma postura receptiva e com presteza capaz de fluir o comprometimento de pessoas com o seu entorno. Diante desta afirmação, destaca-se a importância dos estudos de PA

com grupos específicos da sociedade, que neste trabalho recai sobre os líderes religiosos das congregações assembleianas de Manaus.

A PA permite interpretar o sentido dado nas relações que estes estabelecem com os lugares, com as coisas e com os demais seres vivos. Pacheco e Silva (2006) esclarecem que o conceito de PA advém de uma conexão entre o meio biótipo baseado na geografia, e entre as relações da subjetividade próprios da psicologia. Portanto, aspectos objetivos e subjetivos da realidade. Seemann (2003) colabora afirmando que os estudos de PA possibilitam uma aproximação inter ou transdisciplinar, inserindo disciplinas como psicologia, sociologia, antropologia, geografia e uma variedade de outras ciências.

Em 1999 o arquiteto Vicente Del Rio e a geografa Livia de Oliveira divulgaram uma coletânea de trabalhos sobre PA desenvolvidos no Brasil em obra intitulada *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*, que se tornou seminal e referência nos estudos da relação pessoa-ambiente. Esta coletânea trata de questões do meio ambiente pela sua percepção, estudos de processos mentais relativo à nossa própria satisfação psicológica com o ambiente, uma obra que serve como base até os dias de hoje para trabalhos de percepção de todas as áreas.

Nota-se que a recepção de tais informações sobre o ambiente (realidade), a qual se dá por meios dos órgãos sensoriais principalmente a visão, é um processo que não vem à consciência, mas está constantemente ativo o tempo inteiro. Dependendo de cada reação estes estímulos podem gerar sentimentos de interesse e/ou necessidade direcionando cada informação ao nível cognitivo, onde é memorizada e organizada. A influência da conduta no ambiente será resgatada da memória do indivíduo dependendo da realidade que se encontre, investigando sua melhor posição conduzindo a uma ação que, por fim, reflete a sua realidade no ambiente. Nesse sentido, Faggionato (2005) afirma que a PA pode ser determinada como uma tomada de consciência do ambiente pela pessoa, não apenas percebendo o ambiente em que se está inserido, mas o descobrindo a partir de uma referência pessoal e coletiva.

Cada pessoa, portanto, percebe o ambiente de forma diferenciada, dependente de seus processos cognitivos, experiências, julgamentos e expectativas desenvolvidos ao longo do tempo (FERNANDES et al., 2004). Estudar as PA possibilita, assim verificar modos de pensar que estão subjacentes à determinadas condutas, crenças, atitudes e comportamentos próprios de um grupo social e propor processos de educação adequados (KÜHNEN; HIGUCHI, 2011; MELAZO, 2005). A PA amplia em diversos domínios a compreensão das diferenciadas bases de concepção ambiental que servem posteriormente para apoiar na preservação do meio ambiente. Além disso, serve como instrumento educativo para motivar a participação da comunidade no desenvolvimento e planejamento para construir uma utilização mais positiva dos recursos da biosfera (ASSIS et al., 2013).

Higuchi e Kühnen (2008) destacam várias técnicas para acessar as PA de uma pessoa. Tais técnicas incluem as tradicionais narrativas orais a partir de questionários e entrevistas, mas sugerem formas criativas com o uso de outras linguagens, tais como a gráfica (desenhos, mapas mentais); a linguagem visual (fotografias do ambiente e ambiente que possam ser fotografados); a linguagem plástica (uso de objetos miniaturizados e maquetes de ambientes específicos). As autoras realçam o uso de maquetes a partir da técnica de modelagem topológica-topográfica, que utiliza de maquetes onde o sujeito em estudo possa interagir e, a partir, de seus entendimentos, modificar o ambiente em questão. A narrativa também é uma linguagem muito presente nesses estudos sobre PA, que se utiliza da entrevista em questões abertas para acessar o entendimento dos informantes.

Os problemas ambientais e responsabilidades atribuídas pelos líderes Assembleianos

O ser humano tem grande importância para as relações sociais, ele é um ser relacional, haja vista que possui a necessidade de se relacionar com outras pessoas. Tais relações podem obter caráter positivo sendo harmônicas, ou seja, benéfica e satisfatórias. Também podem ser negativas gerando conflitos originando problemas. Os estímulos para a conscientização ambiental são essenciais para a proteção dos recursos naturais que pode ocorrer em todos os espaços sociais pelos mais diversos agentes. Embora as escolas tenham exercido essa função com mais visibilidade, outros segmentos vêm gradativamente assumindo tal responsabilidades.

Desta maneira as congregações religiosas possuem importante papel para uma conduta sustentável, uma vez que são instituições com influência sobre grande parte da população. Para os cristãos, em particular, em sua doutrina segundo a Bíblia todos os seres vivos, toda a criação e todas as coisas criadas aqui nesta Terra devem ser cuidadas com responsabilidade.

Andrade (2004) destaca a importância de associar as questões sociais com as ambientais, destacando a sua facilidade de criar e ao mesmo tempo de destruir. Para que o ser humano assuma uma conduta positiva de proteção e cuidado ambiental é importante reconsiderar, refletir e ponderar os princípios de conduta comportamental de forma que se possa buscar soluções para os problemas ambientais (OLIVEIRA, 2006).

Na Igreja Evangélica Assembleia de Deus os líderes passam por 2 anos de preparação para receberem seu certificado da escola de líderes e assim se denominarem Líderes de células que são pequenos grupos que se reúnem uma vez por semana nas bases de sua comunidade. As bases são as casas de pessoas que são chamadas de anfitriões (pessoas responsáveis para preparar o ambiente de acolhimento dos membros de células). O conteúdo de ensino compartilhado nesses pequenos grupos vem diretamente da administração geral dos ministérios,

logo todos os mil templos de Manaus e os 2 mil templos do interior do Amazonas recebem o mesmo conteúdo digital, esse conteúdo é compartilhado na segunda feira em todos os grupos de mídias com a finalidade de ser ministrada durante a semana, essa temática também percorre os cultos, tanto de terça-feira que se denomina culto de doutrina (ensino das escrituras sagradas).

As igrejas Assembleias de Deus possuem alguns programas de ensino desde sua fundação, o Instituto bíblico das Assembleias de Deus no Amazonas - IBADAM fundado no ano de 1979. Outro programa importante de se citar é a Escola Bíblica Dominical que surgiu em 1980 programa de educação cristã; um dos conceitos deste programa é: Escola que evangeliza enquanto ensina, cujo objetivo é fazer discípulos promover o desenvolvimento pessoal de cada crente e o crescimento da igreja, tendo como base bíblica *“Ide, portanto, fazei discípulo de todas as nações, [...] ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado”* (Mt 28.19,20).

Nesse cenário, é possível ver que cada líder recebe antes de assumir qualquer função dentro do ministério. Conforme Ribeiro (2008), na igreja Assembleia de Deus, a Escola Bíblica Dominical tem sido percebida ao longo de seu desenvolvimento como agência evangelizadora e missionária. Tuller (2006) destaca em seus estudos que nenhum outro segmento da Educação Cristã possui um programa tão satisfatório, eficiente e abrangente.

A educação e religião fazem parte da formação integral do ser humano, a educação com enfoque mais cognitivo, e a segunda com viés espiritual, ainda que tenha influência sobre os indivíduos nos mais variados aspectos da vida. Desta forma, além da formação formal cristã para suporte espiritual, a formação deve ser de forma mais ampla, abrangendo questões voltadas também aos problemas da sociedade.

Não se observa, no entanto, uma formação sobre aspectos relativos aos problemas ambientais, ou tipos de relação pessoa-ambiente. Os líderes, portanto, não possuem dentro da congregação uma orientação específica sobre os problemas ambientais. Deste modo, cada um possui percepções sobre os problemas ambientais que se constituíram basicamente fora da seara religiosa. Tais percepções estão adaptados às especificidades da realidade sociocultural e contextual de cada um que a constrói (KÜHNEN; HIGUCHI, 2011).

Sobre problemas ambientais

Para os participantes deste estudo, que são invariavelmente pessoas que estão comprometidas com um pensar religioso, os entendimentos sobre os problemas ambientais

foram agrupados em três categorias: a) *má conduta humana*; b) *impactos no ecossistema*; c) *impactos socioambientais*.

a) *Má conduta humana*: refere-se a um entendimento dos problemas ambientais a partir de sua origem que é a forma como as pessoas se relacionam com o ambiente causando impactos nele. Em outras palavras, os problemas ambientais são caracterizados como resultado do comportamento e atitudes das pessoas seja pela característica individual (ganância, egoísmo etc.), falta de educação familiar ou escolarização, ou até mesmo a omissão dos gestores públicos. As narrativas mostram como as pessoas manifestam esse conteúdo latente.

“ [...] *Falta de cuidado do homem. Falta de disciplina, cuidado, falta conhecer mais sobre esse assunto, consumo de água, limpeza, pureza do ar. Ao homem, ser humano.* (Mc 44 anos)

[...] *Bom, são consequência da ação ou não ação do homem no meio ambiente.* (Mc 45 anos).

Murad (2016) defende que os atores sociais têm uma consciência subjacente e que a atividade humana, mesmo de maneira competente, pode causar de forma irreversível tais problemas ambientais. Para o autor essas atividades exercidas individualmente por cada habitante do planeta acabam causando um problema mundial, seja os referentes à mudança climática ou a depleção da camada de ozônio da atmosfera. É essa soma coletiva de todos os comportamentos diretos e indiretos que deve estar na equação ambiental.

Observa-se, portanto, que tais problemas ambientais, têm sua origem no estilo de vida da maioria das pessoas na Terra. Para esse grupo de líderes o problema ambiental é evocado de forma genérica sem se referir em práticas específicas. Apenas identifica sua origem que se dá no aspecto da conduta. Piaget (2013) afirma que qualquer conduta, ou um ato exercido externamente, ou de maneira interior no pensamento, manifesta-se como uma adaptação ou, uma readaptação. Uma conduta sendo analisada de forma particular de intercâmbio entre o mundo exterior e o sujeito e infere dois aspectos primordiais e independentes: um afetivo e outro cognitivo. Desta forma os sentimentos evocados pela ação do homem ou, falta de atitude, fixam um comportamento à conduta.

b) *impactos no ecossistema*: configura-se no entendimento dos problemas ambientais como consequências observadas e sentidas no ecossistema. Apresenta-se alguns exemplos dessa categoria perceptiva:

[...] *Tudo aquilo que afeta o ecossistema na sua forma natural.* (Mc 29 anos).

[...]aumento da temperatura, aquecimento global, queimadas. (Mc 60 anos).

Nesta categoria perceptiva os líderes mostram que os problemas ambientais se configuram como um desequilíbrio do ecossistema natural. Nas narrativas não está incluso a origem, mas apenas as consequências. Lima e Rutkowaski (2009) fornecem uma boa ideia da condição atual dos problemas ambientais, sendo como desequilíbrios ecológicos, alteração na camada de ozônio, fome e miséria, mudanças climáticas, perda de produtividade agrícola, intensificação do efeito estufa, contaminação de aquíferos, isso fazendo com que seja elaborado um quadro de insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento.

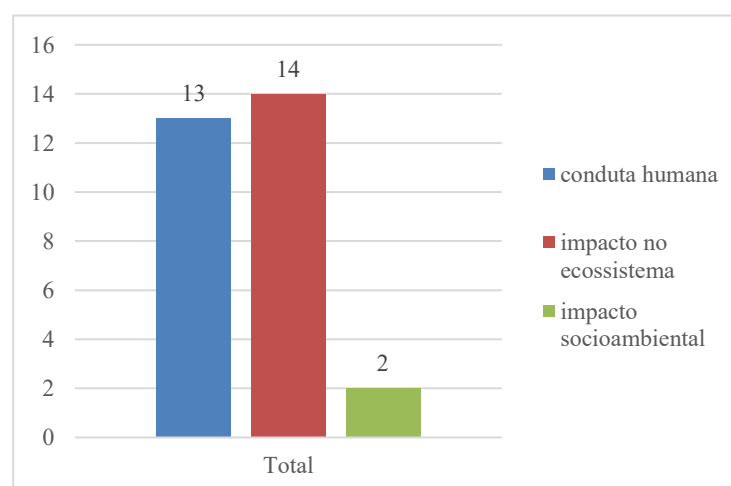
c) *Impactos socioambientais*: os problemas ambientais são descritos como eventos que acarretam desequilíbrio no ecossistema provocados pela ação humana. O entendimento presente nas evocações, não apenas identificam o que realmente são esses problemas, mas também quem os causou, que são as pessoas.

[...] poluição e alto consumo de energia. (Masc 44).

[...] poluição, queimadas, falta de conscientização, prevenção da natureza. (Fem 18)

Entre os 29 participantes, 13 (45%) possuem um entendimento de que os problemas ambientais são situações advindas da má conduta humana, 14 (48%) pessoas entendem que os problemas ambientais são eventos danosos observados no ecossistema natural, e 2 (7%) deles afirmam que os problemas ambientais são eventos nocivos causados por humanos (Figura 4).

Figura 4: entendimento dos líderes sobre problemas ambientais



Fonte: dados de pesquisa.

Observa-se nestas categorias que ora o problema ambiental é entendido como causa e ora como consequência, e ora estes dois aspectos estão associados. descritos como evento que traz o impacto socioambiental. Mediante esses dados obtidos é possível verificar que em grande maioria dos PA tem origem na ação do homem, a maneira que ele se comporta frente ao meio ambiente, o cuidado com a casa comum, é possível avaliar esse comportamento através das percepções que cada ser humano possui. Dessa forma, são poucos que conseguem ter uma percepção mais completa, ou seja, não apenas ver o que causa, ou as consequências, mas tudo isso como um fenômeno único, ao mesmo tempo.

Sobre a produção dos problemas ambientais

Desde a chegada dos portugueses em 1500, ocorre o processo intenso de desmatamento contínuo e crescente. A exploração de madeira, a abertura de áreas para cidades e atividades agropecuárias foram, aos poucos diminuindo as áreas de vegetação nativa dos biomas brasileiros. Tais problemas ambientais estão em toda a parte, tanto nas comunidades rurais como nas urbanas, gerando sérios problemas para todos. Neste sentido, as atividades rurais e urbanas dão origem a diversos problemas ambientais, devendo ser avaliadas e medidas para mitigação ou interrupção dos elementos geradores de problemas (SILVA; ASSUNÇÃO, 2015).

Alguns autores afirmam que a crise não é apenas ambiental, mas civilizatória (LAMIM-GUEDES, 2011). Para esses autores, a formação da PA é multidimensional e possui diversos filtros (OKAMOTO, 2002; DEL RIO; OLIVEIRA, 1999). De acordo com Assis, Sotero e Pelizzoni (2013), a realidade é percebida tanto pelas sensações (sentidos do corpo), motivações (interesses e necessidades), cognição (memória e imagens introjetadas), julgamentos (valores, expectativas morais e avaliação) e práticas (experiências comportamentais). Todos esses aspectos são de ordem pessoal e cultural que a pessoa vai construindo ao longo do tempo.

Para a grande maioria (86%) dos líderes entrevistados os problemas ambientais são produzidos pelas próprias pessoas, seja “[...] falta de conhecimento sobre esse assunto faz o ser humano agir assim, causando problemas” (Masc 18 anos); ou “[...] devido a escassez de orientação de ações práticas, tem muita informação sem ações práticas” (Fem 42 anos). Para 31% dos líderes o poder público produz os problemas ambientais seja “[...] através de falta do planejamento da sociedade. (Masc 40 anos)” ou “[...] primeiro pelas autoridades, tratando das questões da população. (Masc 44 anos)”. Para 3% dos entrevistados os problemas ambientais são produzidos tanto pelo poder público quanto pela sociedade que “ocorrem devido ao crescimento populacional, uso insustentável a ineficiência de recursos, a pobreza e a não inclusão dos custos ambientais da utilização de recursos (?? XX anos)”.

Andrade (2004) traz a associação das questões sociais com as ambientais, destacando a habilidade de criar e ao mesmo tempo de destruir. Convenções mundiais sobre a crise ambiental destacam que as responsabilidades socioambientais são distintas, mas complementares de cada setor da sociedade. Isto é, ao cidadão cabe uma parte importante, e às instituições e demais rubricas sociais outras partes. Juntas complementam um cenário que possibilita um agir sustentável.

Assim, podemos destacar a importância da gestão ambiental em criar técnicas, planejar, organizar e administrar atividades econômicas e sociais de maneira a utilizar de maneira racional dos recursos naturais. Tais sistemas são definidos segundo a NBR ISO 14001, que é a norma através da qual, os interessados se disponibilizam para estar em conformidade com (SGA) Sistema de Gestão Ambiental (CORRAZA (2003).

De modo geral, a Gestão Ambiental é a consequência natural da evolução do pensamento da humanidade em relação ao uso dos recursos naturais, para manter o equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade. Para Ribeiro (2007) a EA é um dos instrumentos utilizados que precedem e permeiam a gestão ambiental. Diante disso, não basta apenas contarmos com o sistema de gestão ambiental e, sim, abordarmos práticas de educação ambiental como start inicial expondo conhecimentos e alternativas para minimizar os problemas ambientais e para posteriormente aplicarmos técnica e soluções que cabem aos SGA. Reconhecimento do ser humano como principal protagonista para determinar e garantir a proteção do planeta, abrange a preservação, conservação.

Para equacionar a problemática dos problemas ambientais deve-se levar em consideração vários fatores entre eles a responsabilidade ambiental, com a Constituição Federal de 1988 o Estado passou a ser um estado social de justiça, cujo princípios estão elencados na Carta Magna assumindo responsabilidades e valores humanos conjecturados em acordos com a tradição romano-cristã. Em conformidade com princípios e respeito da dignidade da pessoa humana, a Carta Magna possui a visão da responsabilidade objetiva em danos ambientais.

A proteção ambiental não pode e nem deve ser uma responsabilidade somente dos órgãos representantes da sociedade, mas de todos, de cada indivíduo, da sociedade civil, obrigando-se a garantir com responsabilidade o direito das gerações presentes e futuras usufruírem de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Segue alguns dados:

Conforme a Resolução do Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986, em seu primeiro parágrafo, traz a definição de impacto como: [...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

É importante salientar que o conceito de impacto ambiental está associado especificamente aos efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente desta forma é fundamental distinguir esses impactos das ocorrências como tempestades, enchentes, terremotos que não se enquadram na definição de impacto ambiental. A proteção ao meio ambiente são questões importantes para garantir o equilíbrio e consequentemente a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

No mundo em desenvolvimento, tanto como no mundo desenvolvido, vários fatores contribuem para criação e agravamento de um novo ou de uma já existente PA, neste cenário criado pela ação humana, de fato não há como negar que o desenvolvimento social deste segmento que podemos chamar de fragmento da sociedade (uma grande parte da sociedade civil) denominada comunidade religiosa, percebemos uma série de problemas que estão ligados ao processo de desenvolvimento técnico-científico, seu uso, suas formações, conformações e transformações, no e do meio ambiente natural e cultural. Embora o ser humano possua autonomia de existência, não possui independência da natureza. Fritjof Carpa (1997) em sua obra, *A Teia da Vida*, ressalta a necessidade da alfabetização ecológica da humanidade; ou seja, uma prática educativa transdisciplinar que seja predecessora de um novo ser humano que possa ter em sua bagagem de forma marcante e inegável, a percepção e a consciência de um exercício de cooperação.

Atualmente, a educação ambiental vem apropriando um papel importante na sociedade. Para que o desenvolvimento sustentável e a inserção de práticas educacionais voltadas para a conservação do meio ambiente buscando uma melhor qualidade de vida para a sociedade, onde esta deve entender suas responsabilidades e compromissos com o seu entorno, desta forma poderá manter em equilíbrio com ecossistema.

Com a prática da Educação Ambiental dentro das comunidades religiosas é possível proporcionar mudanças de valores e o aperfeiçoamento e/ou alinhamento de habilidades, dando condições necessárias para uma prática integrada, contínua e permanente. A EA efetiva necessita sensibilizar, informar, dar competências (ao indivíduo, gestores públicos e demais instituições), estimular a responsabilidade e mediar redes de suporte para a busca de soluções aos problemas ambientais (HIGUCHI; AZEVEDO, 2004).

Em relação a responsabilidade dos seres humanos é importante lembrar que em Gêneses Capítulo 2 a Bíblia afirma que fomos criados a imagem e semelhança de Deus, ou seja, éramos seres humanos antes de sermos cristãos e não deixamos de ser seres humanos por termos sido tornados cristãos, logo os seres humanos são pessoas com uma missão, governar e cuidar da criação.

Há uma preocupação crescente em relação às condições do meio ambiente, posto que se acredita que os problemas ambientais sejam causados pelos seres humanos, nesse sentido é importante estudar fatores que influenciam esse comportamento. Dessa forma, cada um de nós tem a responsabilidade individual de manter o bem-estar da Terra, que esse próprio pesquisador considera como um superorganismo vivo. Ou seja, existe uma integração e interdependência entre todas as partes que o compõem, incluindo a sociedade, mediante essa interdependência é impossível analisar os PA de forma isolada.

Sobre a responsabilidade de solução dos problemas ambientais

Considerando que para mudança de comportamento é necessário o envolvimento coletivo, de todos os segmentos da sociedade, a Educação Ambiental deve de forma urgente manifestar mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, vivenciando com harmonia entre os seres humanos e as outras formas de vida existentes no planeta. A EA é primordial para fomentar a responsabilidade global, estreitando convívio com organizações comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular, comunidades e associações de bairro e dentre outros.

Neste cenário, referente a pergunta a quem deve atribuir a responsabilidade dos problemas ambientais, 82% dos diálogos designam a responsabilidade na população em geral; “[...] *creio que toda a sociedade como toda, ela é responsável por essa questão ambiental*” (Masc 60). Ou “[...] *se eu moro no ambiente quem tá ali perto observando vendo e vivendo sou eu então a responsabilidade é de todos*” (Masc. 45). Para 13% dos entrevistados a responsabilidade deve ser atribuída ao poder público; “[...] *administração pública e líderes da sociedade em geral*” (Masc. 29). Ou “[...] *aos governantes*” (Masc. 45).

Higuchi et al (2012) traz uma rica reflexão sobre a sociedade e a natureza, a partir da pergunta: *Quem são os seres humanos e como estes se posicionam na relação com a natureza?* No decorrer do conteúdo exposto as autoras afirmam que a religião, assim como o pensamento filosófico, contribui de maneira essencial para a construção da reflexão da responsabilidade e do comportamento dos seres humanos frente à natureza. A humanidade é chamada a reconhecer a necessidade de mudança de estilo de vida.

Somos responsáveis em buscar o bem-estar, mesmo que isso dependa de uma transformação em nossa conduta humana, como Jonas coloca:

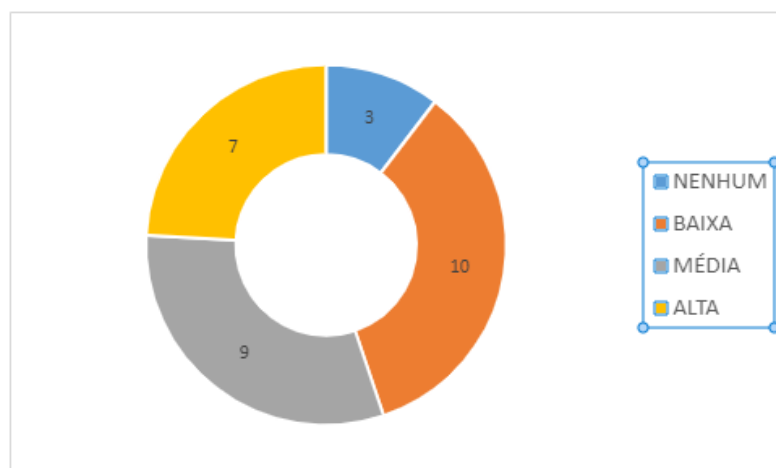
“Age de tal maneira que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a terra; Age de tal modo que os efeitos de tua ações não sejam destruidores da possibilidade de vida futura; Não coloque em perigo as condições de continuidade indefinida da humanidade sobre a terra; Inclua em tua escolha presente, como objeto também do teu querer, a integridade futura do homem” JONAS, Hans.p.11.

Problemas ambientais que existem por intensificação das atividades humanas, como produção industrial e a urbanização, pelo manejo inadequado dos solos e pelo uso intensivo e não sustentável dos recursos naturais, oriundos de uma ação ou má ação do homem. Em certas épocas do ano tais consequências são mais visíveis e causam grande comoção social. Na estiagem do verão amazônico (julho a outubro de 2023) a cidade de Manaus tem sofrido com fumaças que ocasionadas pelas queimadas nas matas da região metropolitana. Por exemplo, numa viagem que fiz ao me deslocar ao ramal do Açutuba que se localiza 40 km depois da ponte do Rio Negro, avistei grande parte das laterais das ruas queimadas, ainda com chamas acesas. É lamentável ter que sair de máscara porque agora não são mais só dados de uma pesquisa, e sim uma imagem que cada manauara vê ao levantar e sair na rua para suas atividades, divulgadas pelas redes sociais e compartilhadas em grupos, uma imagem que gerou grandes comentários sobre o nosso entorno. Observa-se que todos comentam e lamentam, resta saber se haverá uma real preocupação e reflexão sobre todos esses aspectos que culminam na fumaça que nos incomoda.

Sobre a preocupação com os problemas ambientais

Entre os 29 entrevistados, 13 deles manifestaram pouca ou nenhuma preocupação com problemas ambientais, 9 têm uma preocupação média e 7 dizem estar altamente preocupados (Figura 5).

Figura 5: Nível de preocupação dos líderes sobre problemas ambientais



Fonte: dados de pesquisa

Observa-se o baixo nível de preocupação a respeito dos problemas ambientais neste grupo de líderes. Porém, ao identificar entre os problemas o que consideram mais grave, a poluição em geral é citada por 11 líderes, o lixo é citado por 6, o aquecimento global por 6, o desmatamento e queimadas por 6; extinção das espécies por 1; a falta de saneamento por 1 e a falta de preservação da natureza por 1.

Nos moldes atuais em relação a lista de problemas ambientais observados no mundo como: poluição atmosférica, o aquecimento global, a poluição hídrica dos solos, o desmatamento, as queimadas, a desertificação e a perda de biodiversidade, em nossa pesquisa no que tange a opinião dos PA mais graves destacamos na figura os que foram citados pelos nossos entrevistados. Vários estudos afirmam que os PA do mundo foram causados pela ação antrópica sobre a natureza, essa versão é conhecida em virtude dos impactos causados no meio ambiente pelas alterações humanas.

A natureza constantemente dá sinais de que está sendo destruída, 3 de julho de 2023 foi o dia mais quente já registrado segundo a ONU. Segundo Guterres, secretário geral da ONU a situação já ultrapassou o “aquecimento global” em entrevista ao *Taking On Record Temperatures* ele afirma, [...] “a mudança climática está aqui, é assustador, é só o começo...” alertou. Tais registros, no entanto, parecem pouco atingirem as pessoas no seu dia a dia, onde os problemas ambientais parecem ser secundários diante de outras situações vividas.

Sobre a inserção dos problemas ambientais no âmbito religioso

Nas comunidades religiosas é muito grande a agenda de atividades espirituais, cultos de 2h e meia, reuniões de aperfeiçoamento de líderes, ensaios de louvor para as liturgias, todas essas atividades são de cunho espiritual. Essa agenda deixa claro a irrelevância de assuntos que não sejam centrais à fé cristã, mas 89% dos líderes eclesiais afirmam que seria interessante ter espaços em suas comunidades para tratar questões sobre meio ambiente. Apenas 10% dos líderes consideraram não ter espaço para tratar essas questões ambientais.

Nos dias atuais as ameaças mais significativas, como desmatamento, a exploração ilegal de recursos naturais e as mudanças climáticas, que impactam diretamente a vida e as espécies (MENDONÇA, 2021). Com o atual avanço do crime de extração de madeira ilegal a pressão sobre o ambiente natural e a constante preocupação com uso dos recursos da floresta, o tema sustentabilidade na Amazônia ainda está distante no âmbito da congregação.

Michael Wiltmer (2004) faz uma relação do ser humano com 3 pontos primordiais, são eles: relação com Deus, com as pessoas e com o mundo, logo ele interliga esses 3 pontos nas seguintes formas; quanto mais nos parecemos com Ele mais nos tornamos humanos, essa afirmação não está relacionada ao ser humano criar intimidade com Deus ao ponto de se tornar seres quase angelicais, mais de nos tornamos mais humanos ao ponto de nos preocuparmos com a recuperação da nossa humanidade. Dominar a Terra de forma específica refere-se a responsabilidade que devemos ter com o meio ambiente, responsabilidade essa que foi dada por Deus ao Homem, na antiguidade os Reis mandavam construir imagens suas em seus territórios geográficos para demonstrar soberania aquele povo, semelhantemente, Deus estabelece em Gêneses capítulo 1. Versículo 26 -28 a espécie humana como sua imagem na criação e autoriza os humanos a exercerem essa responsabilidade que representa outorga de DEUS.

Nesta linha de pensamento sendo Deus Rei que delegou aos seres humanos sua autoridade sobre a criação, afirmando em sua palavra que devemos ser a imagem de Deus, como que Deus exerce seu reinado na criação? A resposta dessa pergunta nos mostra como a humanidade deve agir sendo a imagem de DEUS. Salmo 145 é um salmo que nos fornece essa resposta, porque é dirigido ao “Deus meu Rei” ele chama toda a criação para adorá-lo. Neste Salmo descobrimos que a criação de Deus é caracterizada pela sabedoria, poder, bondade, graça, compaixão, fidelidade, provisão, proteção, justiça e amor. Desta maneira essas mesmas características devem ser vistas em nós para com o universo.

Portanto, os humanos são colocados num ambiente criado por Deus, com objetivo de servirem esse ambiente e cuidarem dele. Isso deixa claro que a finalidade principal de nosso reino aqui na Terra é o benefício do cuidar desse universo. Não deixando de referenciar as orientações que a Bíblia cita sobre o modo com que criação serve às nossas necessidades humanas, este reinado é justamente para que cuidemos dessa criação que ainda nos resta, trabalharmos duro, governar aquilo que possa ter crescimento e desenvolvimento, citamos as questões da finitude dos recursos naturais, do bem-estar social de cada ser humano diante desse cuidado. Cada ser humano não está redimido para fora desta criação, muito pelo contrário fazemos parte dessa própria criação redimida – uma criação que novamente será plena para glória de Deus.

Essa crise ambiental que a humanidade vive atualmente, o efeito acumulativo do nosso descuido com o meio que vivemos durante gerações, com proporções imensas nos provoca a emergência em falar, tratar, discutir e exercer de forma positiva mudanças essas que podem ser benéficas para o Reino da Terra e tudo que nele existe, para isso Isaías 35 descreve a transformação da criação que justamente fala de redimir [oferecer a compensação por um dano ou prejuízo].

Os resultados deste estudo, mostra que a Percepção Ambiental nos deixa os vestígios para um caminho profícuo para se compreender o que pensam as pessoas sobre o meio ambiente e sua relação com os recursos ambientais. Leff (2001) destaca que os saberes e as percepções são dependentes do contexto geográfico, ecológico e cultural em que se constroem e se desenvolvem as formações sociais. Diante do exposto é possível ver a importância da PA como estratégia para descobrir a relação entre as pessoas e o ambiente, para a construção de um pensamento reflexivo das questões ambiental.

Capítulo 2

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS CONGREGAÇÕES

Introdução

Ao trazer aspectos relacionados à existência ou falta da Educação Ambiental (EA) no âmbito das congregações assembleianas de Manaus, a partir da percepção de seus líderes, é necessário fazer uma breve introdução da EA como agenda global e nacional. Além disso, é importante problematizar de que EA estamos falando, ao situar as percepções dos participantes deste estudo.

Os primeiros registros da utilização do termo EA se deu no encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza denominado (UICN) em Paris em 1948. Só muito mais tarde é que a Educação Ambiental começa a ser definida na Conferência de Estocolmo, em 1972 com objetivo de melhorar o pensamento da sociedade civil em relação ao meio ambiente. Nessa Conferência se formatou a temática EA numa agenda Internacional, que desde o início foi proposta como atividade interdisciplinar em contextos escolares e não escolares com o objetivo de sensibilizar e educar as pessoas sobre a necessidade de cuidados do meio ambiente.

Três anos depois, em 1975, na Iugoslávia, a ONU cria o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA (BADR et al., 2017) com objetivo de definir os princípios e informações de orientação para efetivar tais atividades. Nessa Conferência, propõe-se a reforma nos sistemas educacionais para inserir a EA desde a educação escolar básica até a superior, além da formação de professores e de profissionais a fim de engajar toda a sociedade para um comprometimento com as questões ambientais local, nacional e global (BADR et al, 2017). Tais princípios e direcionamentos são incorporados pelo Brasil no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e na Lei 9795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental em todo território.

Outro ato importante para a EA foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) tratado elaborado pela sociedade civil planetária em 1992 realizado um fórum Global. O documento que dali nasce estabelece princípios fundamentais da educação para as sociedades sustentáveis, ressaltando a importância de ter um pensamento crítico, coletivo e solidário, de forma interdisciplinar, múltiplo e diverso. Um fato

importante neste acontecimento se dá pela consolidação de políticas públicas de EA e a sustentabilidade, direcionando princípios e um plano de ação para educadores ambientais, ressaltando os processos participativos direcionados para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. O enfoque da relevância deste tratado é o fato dele ter sido elaborado no campo de ação da sociedade civil e pelo mérito de reconhecer a EA como um processo diligente e político, em constante estruturação, direcionado por valores com base na transformação social.

Em 1973 teve início um primeiro processo de institucionalização da EA no âmbito do governo federal brasileiro com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), e quase dez anos depois (em 1981) é que foi considerada a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), firmando no âmbito legislativo, a possível inclusão da EA em todos os níveis de ensino, incluindo educação das comunidades, com objetivo de preparar a sociedade na defesa do meio ambiente.

Ainda no percurso da Rio 92, com efetiva participação do MEC, foi confeccionada a Carta Brasileira para EA, que teve como impulso o reconhecimento da EA como um dos instrumentos mais importantes, possibilitando estratégias para o enfrentamento das questões ambientais de sobrevivência do planeta. Em dezembro de 1994, nos créditos da Constituição Federal de 1988 aliados nos compromissos internacionais protocolados no percurso da Rio 92, foi constituído pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), compartilhado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Já em 1995 foi criada a Câmara Técnica Temporária de EA, seus objetivos eram orientação para o trabalho e a participação, reconhecimento da pluralidade e a interdisciplinaridade, esta Câmara se inseriu no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A partir daí várias resoluções nacionais, estaduais e municipais foram proliferando Brasil afora, porém nem todas com sua efetiva concretização no fazer cotidiano.

A EA assume características de politização das problemáticas ambientais, relacionando a participação da cidadania com a prática da EA, a ética com a tecnologia e a produção com consumo para buscar a equidade, o bem-estar da sociedade No Amazonas, a pobreza, exclusão e a desordem urbana, têm sido exemplos de cenário que incitam nossa reflexão. Da mesma forma a relação dos amazônidas para com a natureza. Segundo Batista (2007), um clássico que problematiza a Amazônia, consolida um “duelo” do homem com a natureza e as questões ligadas ao progresso do Amazonas. Freitas (2003) relaciona a natureza dos problemas e os problemas da natureza, desenhando assim uma luta entre natureza e cultura, fazendo um

expressivo convite a “ilusão da sustentabilidade”. Mediante seus conhecimentos dos povos amazônicos, propõe “um modelo econômico que privilegie suas características culturais e conhecimentos tradicionais, possibilitando uma sustentabilidade socioeconômica” (p.128).

Gadotti (2000) faz um grito a Pedagogia da Terra e uma educação sustentável, incorporando o conceito de sustentabilidade que está presente em todas as instâncias da vida e da sociedade. Para além da sustentabilidade econômica, podemos falar de uma sustentabilidade ambiental, social, política, educacional e religiosa. É necessário “ambientalizar a educação”. A EA é muito mais que um tema transversal ou conjunto forças interdisciplinares; direcionando função social primordial, apontando à construção de uma sociedade sustentável à medida humana” (JACOBI, 2004, p.10). Freire (2007) afirma que a EA inicia quando nos inquietamos a compreender a natureza, que dizemos, ter os seus mistérios. É preciso que o mundo da natureza seja entendido em sua verdadeira dimensão: gerando VIDA. Desta forma nos ajudar a sentir e a compreender as diferentes relações que nela existe. Nesse sentido a EA é uma dimensão da religião.

Educação Ambiental: definições e contextos educativos

A EA inicialmente é caracterizada pela natureza de sua motivação e processo pedagógico. De modo geral, por muito tempo duas correntes de EA, a conservadora e a crítica, eram apontadas como formas de efetiva atuação do processo educativo. A EA conservacionista, segundo Sorrentino (1995), de forma prática e objetiva se consolida na conservação dos recursos naturais (SAUVÉ, 2005). Essa perspectiva de EA, na prática brasileira, não nasceu no campo educativo, mas aflora como um fenômeno cuja concepção e cujo desenvolvimento está mais propenso aos movimentos ecológicos e ao debate ambientalista (CARVALHO, 2001). Tais movimentos no campo ambiental, fez com que a EA herdasse uma roupagem predominante conservacionista ou naturalista de seus movimentos, a existência de práticas educativas desenvolvidas em Unidades de Conservação, a atores de formação, ascendência e atuação social diversa e, sobretudo, uma posição política, sublinhada por uma forte militância na área ambiental.

Já a EA crítica, denominada de EA transformadora, emancipatória ou libertária, oferece uma alternativa mais atuante e transformadora (CARVALHO, 2008; CATALÃO, 2006; GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2004). Em ambas se necessita de reflexões interdisciplinares para a compreensão dos problemas ambientais e tomadas de decisões (CARVALHO, 2001). Higuchi e Azevedo (2004) afirmam que a corrente crítica está direcionada para uma atuação permanente, comum e coletiva necessária para procedermos e

refletirmos para a modificação da realidade de vida, haja vista que é um processo que agrega o amplo diálogo para um novo pensar e proceder.

Segundo Higuchi e Azevedo (2004), um processo de EA necessita integrar; sensibilizar e compartilhar conhecimento, além de estimular a responsabilidade e instruir para a competência de novos hábitos e práticas em prol da formação ideal de uma cidadania ambiental. Cada uma dessas etapas retroalimentam um processo de EA eficaz e eficiente. Os tipos de EA são ainda classificados pelo contexto em que são desenvolvidos, isto é, contexto formal ou escolar, contexto não formal ou não escolar e o contexto informal. A EA no contexto formal ou escolar ocorre basicamente no espaço da escola. A EA deve se integrar com todo o currículo ali desenvolvido, de forma transversal e não como uma disciplina específica ou parte de uma única disciplina (HUGUCHI; AZEVEDO, 2004). Apesar de alguns problemas, a EA no contexto escolar avançou muito, o que pouco aconteceu no contexto não escolar, nas organizações e instituições.

A EA no contexto não escolar se familiariza em um cenário de relacionamento com finalidade ampliada de interação, articulação e acolhida do público e suas diversas experiências socioambientais. O percurso educativo em contexto não escolar tem como princípio a reflexão e o enfoque dos atores sociais para que eles obtenham atribuições em seu papel de relações sociais que direcionam seus comportamentos.

Percepção dos líderes Assembleianos sobre EA e sua inserção no contexto religioso

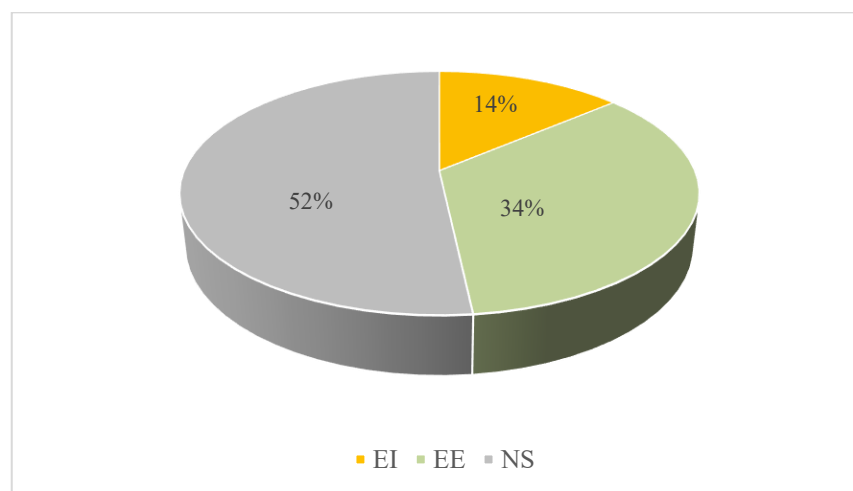
A EA ambiental está inserida nessa ideia de esforço coletivo, busca de entendimento das questões ambientais optando pelo desassossego que nos motiva para um aprendizado que nos traz ações positivas frente esse dilema ambiental. Uma ação que visa buscar contribuições de diversos territórios, culturas, experiências em que as questões ambientais estão evidentes. Destacar a importância da EA tais como direitos e deveres sociais, posicionar ações específicas é, portanto, uma meta necessária e urgente. Higuchi e Maroti (2014) abordam a EA como programa de modificação social, permitindo mudanças em qualquer espaço. A EA estabelece nos espaços humanos a possibilidade de criar programas de atividades para atitudes e ações pró ambientais. E para que um processo de EA seja eficiente é necessário se conhecer o público e o contexto das pessoas que ali estão reunidas. No caso do segmento da fé, mais especificamente no âmbito das igrejas, estas deveriam estar atentas à questão ambiental, mesmo que esta seja secundária, mas que faz parte de um cotidiano dos fiéis.

A EA envolve aspectos éticos, que são a base de uma liturgia religiosa, independente da orientação e credos. Nesse sentido, a EA é “um aprendizado social baseado no diálogo e na

interação, um percurso de recriação e exposição de informações, conceitos e significados, que podem se iniciar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal de cada aluno”. Em sua rede de conceitos ela envolve significados, aprendizados social, diálogo, interação, recriação e reinterpretação de informações (JACOBI, 2003, p.198). Embora o termo ambiental designe uma relação com os eventos, coisas e seres do entorno, este considera aspectos pessoais relativos à ética, identidade e solidariedade humanas, próprios da religião.

Tendo isso como pressuposto, observou-se que 18 líderes responderam ter conhecimento sobre o que seria EA, e 10 deles nunca haviam ouvido falar. A maioria (52%) dos líderes não sabe o que seria EA e 48% têm algum entendimento (Figura 6).

Figura 6: Entendimento dos líderes sobre educação ambiental. EI- ensino indiferenciado; EE – ensino específico; NS – Não sabe.



Fonte: dados de pesquisa

Entre os 52% que dizem saber o que seja EA, surgiu duas categorias de entendimento:
a) *ensino indiferenciado* (14%); b) *ensino específico* (34%).

a) *Ensino indiferenciado*: se refere a EA de forma muito superficial como uma atividade educativa, ora para todos, ora para alguns sem necessariamente dizer do que se trata, como se pode observar nas falas a seguir:

“[...] ela deveria ser aplicada para todos, adultos, crianças”. LM. 44 anos.

“Ensinando a ser educado.” LF. 45 anos.

b) *ensino específico*: se refere a EA de forma ainda superficial, mas adjetiva o contexto para o ambiente, que procura dar conhecimento e cuidado, como se observa a seguir:

“ensino sobre plantas.” LF. 45 anos.

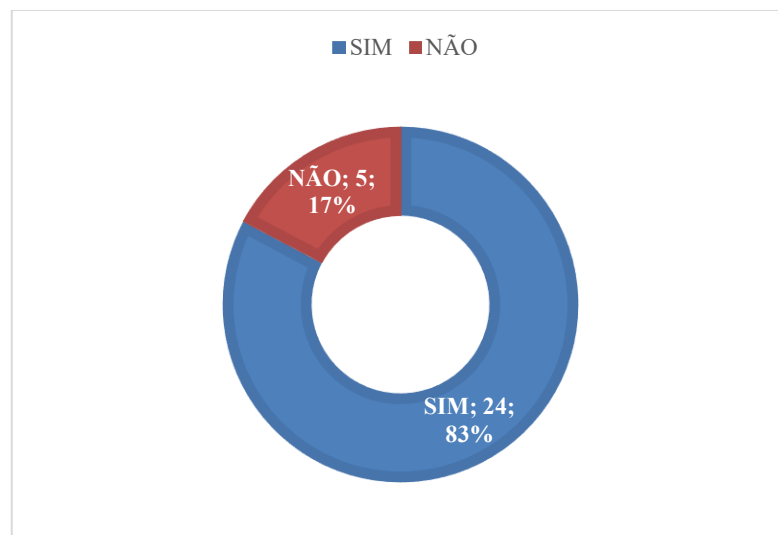
“educação sobre o meio ambiente...” LF. 21 anos.

Neste segmento, constata-se que os líderes evangélicos possuem um baixo entendimento do que seja Educação Ambiental, considerando que mesmo entre os que admitem saber do que se trata, ainda apresentam respostas muito evasivas e que não definem o que seja EA, mesmo ao se referir sobre as práticas diárias. Apesar de Layargues (2000) dizer que pessoas advindas de segmentos vulneráveis terem pouca informação sobre EA, neste estudo constata-se que os líderes não estão nestas classificações e ainda assim, a grande maioria não mostra entendimento de EA.

A necessidade de cuidados com o meio ambiente tem sido divulgada mundialmente, para a conscientização em todos os segmentos da sociedade incluindo o meio religioso. Tal inserção possibilitará maior sensibilização para propor mudanças de atitudes, comportamentos pró-ambientais. Esta visão é proposta por Murad (2013, p446) que trata como “consciência ou visão planetária a (re) descoberta que o mundo se torna um todo, que o ser humano é membro da terra e tem a responsabilidade pelo futuro deste planeta habitável”.

Mas como os líderes percebem a inserção da EA no processo litúrgico religioso? Entre os 29 entrevistados diante da pergunta se a EA seria oportuna para ser inserida no processo litúrgico de sua comunidade, 24 responderam que *sim*, equivalente a 24,83 %; 5 afirmam que não, equivalente a 5,17% (Figura 7).

Figura 7: Aceitação dos líderes sobre a inserção da EA na liturgia

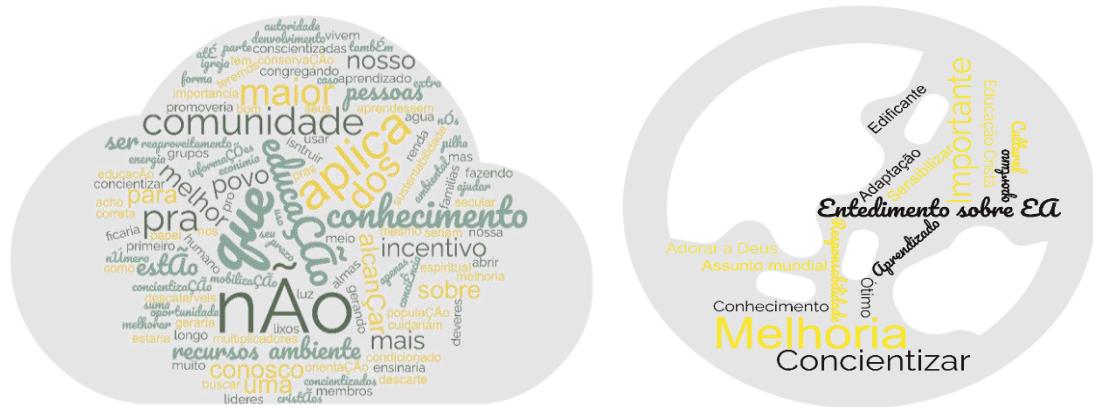


Fonte: dados de pesquisa

A questão é que não podemos pensar que nosso impacto no ambiente natural é nulo. Fazemos o bem ou mal causaremos um impacto ecológico, devido à integração da vida humana e todas as outras formas vida da Terra. Somos parte dessa criação e como parte podemos colaborar para a mudança deste cenário. Ao perguntar aos 29 entrevistados quais seriam as

vantagens para acontecer a Educação Ambiental dentro de sua comunidade religiosa, 96% descreveram palavras positivas da inserção da EA dentro de suas comunidades (Figura 8).

Figura 8: Palavras relativas à importância da inserção da EA no processo litúrgico



Fonte: dados de pesquisa

Observa-se que comunidade, educação, incentivo, melhor, povo, edificante, aprendizado, entendimento e conscientizar são termos associados a EA como um aspecto a ser desenvolvido. No entanto, os líderes consideram que pode haver dificuldades para essa inserção.

Dos 29 entrevistados 4% abordam uma dificuldade para isso acontecer, a dificuldade seria o tempo. Diante dessa dificuldade é importante citar novamente a agenda que cada coordenação tem. Na escala de agenda de atividades a igreja Assembleia de Deus no Amazonas são distribuídas por zona: zona norte, sul, leste e oeste. Suas atividades são semanais, 1 dia na semana funciona as células compostas por grupos pequenos; 1 sábado de cada mês para cada coordenação trabalhar as redes (cultos temáticos). Essas redes agrupam muitos fiéis, pois as redes são as reuniões de todas as células em uma só base. Um sábado de cada mês é disponibilizado para as atividades de área que são o agrupamento de todas as igrejas do núcleo. Há que perguntar, no entanto, se a inserção da questão temática, não possa ser tão importante quanto as questões específicas da fé. O tempo, dessa forma, é relativo, a questão é priorizar o conteúdo de evangelização.

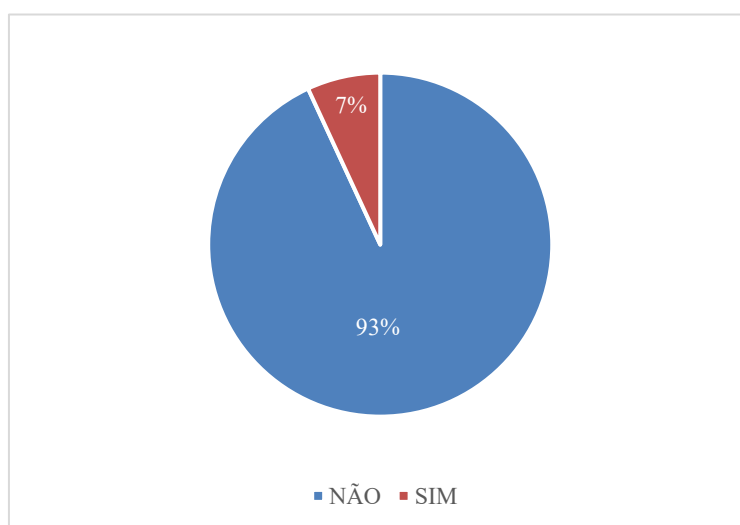
Diante das ameaças ao meio ambiente causadas pelo homem, vimos a necessidade de estudar a melhor forma para minimizar, trabalhar e/ou até mesmo controlar essas ameaças oriundas da ação do homem, a EA contribui para a qualidade de vida quando oferece as pessoas uma conscientização para atender as necessidades de água, energia, alimentos, situações que ameaçam a vida de todos os seres vivos. Essa ambientação da questão ambiental dentro das

comunidades religiosas da igreja Assembleia de Deus, necessita uma organização de ideias e práticas sociais da liderança para trazer essa temática à sua comunidade.

Nas comunidades religiosas existe uma expressão “trazer o céu para a terra”, isto é empenhar-se em melhorar a vida das pessoas na comunidade em que está inserida, a igreja tem esse papel importante na educação e formação de ideias e atitudes cotidianas de seus membros e congregados. Rangel; Oliveira, (2020) cita a importância do papel da igreja, agente influenciador da sociedade, com a incumbência de sensibilizar, cuidar e conscientizar. Cabe as igrejas despertarem para um tema tão atual, importante e urgente de forma que seus membros e congregados se tornem agentes de transformação. Como diz na Bíblia no livro de Romanos, capítulo 12 versículo 12 - *“não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que proveis qual é a boa, agradável e perfeita vontade de Deus”*. Se assim regem as palavras da fé, os fiéis estariam sensibilizados para abordar a EA no dia a dia da liturgia no âmbito da religião, na percepção dos líderes?

Para essa pergunta dos 29 entrevistados 93% acham que os fies não estão sensibilizados com as questões ambientais e que apenas 7% estariam (Figura 9).

Figura 9: Percepção dos líderes sobre a sensibilização dos fiéis sobre questões ambientais



Fonte: Dados de pesquisa

A escola bíblica dominical advoga que o ser humano deveria estar sensibilizado com a natureza e da mesma forma com a necessidade de EA. Mas como está esta sensibilização na percepção dos líderes? Poucos são os fiéis que frequentam a escola bíblica dominical aos domingos de manhã, apesar de os templos e as cadeiras das classes serem cheias, os fiéis costumam frequentar mais o culto oficial que acontece aos domingos a noite em todas as igrejas evangélicas da cidade de Manaus e dos municípios do estado do Amazonas. Desta forma

provocamos uma importante inserção desta temática de forma estratégica nas liturgias onde o público mais frequenta.

O autor de Gênesis apresenta Deus plantando um lindo jardim para suas novas criaturas (2.8). Na tradução para o grego, a septuaginta usa a expressão “paraíso” desta forma não se tratava de um estado, mas de um local físico. Ao colocar o homem neste jardim Deus lhe deu uma missão dupla: lavrar e cuidar. Ele não ficou criando árvores e frutos todos os dias, constantemente, quando Deus determinou que o jardim fosse cultivado e se tornasse produtivo, ele estava afirmando ao homem que ele deveria aprender a agricultura e outras ciências relacionadas ao cultivo a partir das sementes já existentes.

A bíblia deixa claro que somos mordomos de Deus nessa terra, devemos ser gratos, valorizar e preservar a criação de Deus. Também em Gênesis encontramos a afirmação de que o homem estar ligado com a natureza, primeiro Deus cria o ambiente e coloca o homem nele, desta forma o ambiente pode vir a existir sem a figura do homem, porém o homem não existe sem o ambiente. Se acabarmos com a natureza acabamos conosco mesmo. Isso está presente nas palavras bíblicas. Na escola bíblica dominical a revista de edição 2022 com o tema GENESIS O LIVRO DOS COMEÇOS, a aula de nº2 aborda o tema A criação do homem onde traz um estudo que intensifica o dever do ser humano na criação de Deus em protegê-la o autor usa a seguinte expressão – *se o mundo pagão cultua a natureza e o mundo antropocêntrico abusa dela, nós somos chamados a protegê-la como uma irmã mais velha que teve o mesmo Pai.*

Atividades de educação ambiental desenvolvidas no contexto das congregações

Teria a congregação, na percepção dos líderes, se envolvido em alguma iniciativa de EA? Constatou-se que 82% dos líderes dizem nunca terem desenvolvido atividades de EA no âmbito de seu grupo; apenas 18% tiveram alguma atividade de EA em seu grupo. As atividades feitas foram alguma ação de coleta seletiva, diminuição de copos descartáveis, palestras e plantio de árvores.

Observou-se que a EA ainda é entendida por todos os líderes como o desenvolvimento de palestras e seminários, e, portanto, pouca ação. Isso remete ao pouco entendimento do que realmente seja um processo educativo de EA. Segundo Higuchi e Azevedo (2004, o processo deve envolver, sensibilização, informação, formação de competência no uso dos aparatos ecológicos e o compromisso e responsabilidade no uso e consumo consciente. Nesse sentido, 66% dos líderes afirmaram que já participaram de algum processo de EA fora da igreja, tais

como, mutirão de limpeza de igarapés, limpeza de terreno na comunidade, catação de lixo nas ruas e plantio de árvores. Já 34% dos líderes nunca tiveram a oportunidade de participar de atividades a esse respeito.

Os líderes entrevistados também citaram a importância de inserir esse tema dentro de seus cultos religiosos. De forma geral, destacam ser benéfico para a própria igreja iniciar atividades de redução do uso de materiais descartáveis, coleta seletiva por exemplo de pilhas dos microfones e consumo consciente de energia.

Conforme Reigota (1991), é importante conhecer as concepções das pessoas envolvidas nas questões ambientais, pois, só desta forma será possível ampliar um processo educativo transformador, conhecendo as representações do meio ambiente, realizar atividades de educação ambiental. Vê-se pelos resultados obtidos que EA ainda é percebida de forma bastante simplória e superficial. A transformação necessária para que os líderes possam ser mediadores nesse processo deve passar por uma formação profunda e concreta, que não fique apenas na sensibilização (palestras), mas que tenham real conhecimento dos problemas ambientais atuais nos seus mais diversos âmbitos, seja no consumo de água, energia, descarte de resíduos, proteção da fauna, proteção da biodiversidade e da natureza, entre outros. Endossando uma reflexão necessária para profundas mudanças de comportamento na relação pessoa ambiente, assim como redução de efeitos que podem causar essa degradação em nosso entorno, a necessidade de exigir que a liderança eclesial da igreja haja de forma que possa contribuir para que possamos evidenciar tais mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já discutido ao longo desta dissertação, ter o segmento da religião como mediador de uma nova atitude nas questões ambientais é um compromisso urgente. No entanto, este estudo aponta sérias deficiências de entendimento de como isso possa ser realizado juntamente com as atividades de cultos religiosos. Educação Ambiental não formal é o instrumento ideal para tratar pontos para o avanço positivo frente ao universo que rodeia as comunidades religiosas, iniciando/ou continuando o cuidado e/ou a manutenção deste cenário. Entretanto, nesse quesito há muitas carências entre os líderes.

Os resultados deste estudo alertam que toda a atividade congregacional se motive para considerar o meio ambiente como parte da criação divina, conectando com os dizeres do livro, a Bíblia, que eles mais respeitam e têm como orientador de conduta para sua vivência nesta terra. Nesse sentido, nos princípios que cada cristão há que se exercer um compromisso e ética diante da vida e todos os elementos que existem neste planeta. Surge, nesse sentido, a

necessidade de inserir a EA como instrumento para lidar com a temática ambiental dentro da comunidade religiosa da IEADAM. Que a EA seja crítica e transformadora para fazer sentido à nossa humana vivência nesta casa comum. Já há uma sensibilização entre alguns líderes dessa necessidade, mas é importante que ela se amplie e se concretize numa atuação de responsabilidade que ela possui na sociedade em geral.

Como exemplo da realidade ambiental atual, estamos redigindo essas considerações finais no mês de novembro de 2023, quando o El Niño mostra sua força inequívoca com fortes ondas de calor e seca na Amazônia, e nas demais regiões do Brasil chuvas intermitentes. Na Amazônia a maior seca do Rio Negro atingindo 13,59m, marca histórica no Rio Amazonas, contrastando com os níveis altos dos rios no Sul do Brasil. Na cidades por meses seguidos a fumaça das queimadas deixam o céu cinza e em condições inéditas de poluição. Chegamos num tempo em que nossas ações não podem mais passar percebidas na produção dos problemas vivenciados. É urgente essa mudança de atitude, e, pelo poder que a congregação possui com seus fiéis, o cuidado e atenção às nossas práticas deletérias devem ser parte de sua pregação.

Em relação a inserção da EA das comunidades eclesiais, a grande maioria dos líderes admite que não apenas a congregação seria beneficiada, mas toda a sociedade no sentido de preservar um ambiente equilibrado. Por isso, a aquisição de conhecimento sobre essa realidade ambiental e o incentivo para um novo estilo de vida é visto como possível de desenvolver concomitante à atividade religiosa, mesmo que exista limitação de tempo para isso nas atividades semanais. Mas a urgência pede que isso seja priorizado. É importante a informação, a formação de competências e a responsabilidade de todos, mesmo que sejam distintas de cada indivíduo, seja na igreja, na sua casa ou no seu trabalho.

Algumas boas práticas na igreja seria o descarte correto de pilhas dos microfones sem fios, a redução e até extinção do uso de copos descartáveis, de pratos e talheres descartáveis, da coleta seletiva de todo o resíduo, da moderação do uso de energia no uso de ar-condicionados ou lâmpadas acesas. Para isso seria importante fazer um levantamento de como está o gasto de energia em cada setor e estabelecer metas de redução. Depois disso planejar um programa de longa e permanente duração. No entanto, para isso é necessário sensibilizar os fiéis, educar e estimular a mudança de atitudes e práticas diárias.

Mesmo que as atividades de EA dentro das comunidades sejam mínimas, avançar nesse sentido colocará a congregação num diferente patamar. Não seria apenas ter palestras, cursos, seminários ou um espaço reservado na liturgia dos cultos para orientar e conscientizar sua comunidade. As práticas são necessárias para orientar os fiéis. A título de conclusão sugere-se que a igreja evangélica Assembleia de Deus, no uso e gozo de suas atribuições estatutárias,

aperfeiçoe sua liturgia na responsabilidade social para demandar aos pastores, líderes, diáconos em geral sobre a inserção da temática e atividades voltadas para a sustentabilidade ambiental.

Recomenda-se que, diante da comprovação da necessidade que atualmente os líderes eclesiais possuem, seja dado um ponto de partida para o crescimento intelectual e atitudinal diante da temática ambiental. Uma forma para isso se tornar realidade é criar parcerias com instituições de ensino, com poder público da área ambiental e organizações de ambientalistas para que essa transição seja feita com eficiência e eficácia. Nesse sentido, sugere-se que a Faculdade Boas Novas, os núcleos de ensino como IBADAM e ESCOLA DE LÍDERES possam se unir em prol de um programa de responsabilidade ambiental bem-sucedido. A promoção de debates abertos em suas comunidades sobre ações locais para o incentivo de boas práticas considerando as diferenças específicas de cada comunidade em seu cotidiano. Esse empreendimento facilitaria o desenvolvimento de atividades locais e a expansão da fraternidade entre seus vizinhos, além de desenvolver o respeito com o próximo de forma efetiva.

Outra recomendação que ousou adicionar, é de que a igreja local em seus cultos nos grupos menores ou maiores possa inserir novos hábitos sustentáveis. Essa estratégia permitiria despertar o interesse dos fiéis a seguir o exemplo. Como está escrito na Bíblia, Mateus 7 versículo 16, o exemplo de liderança é necessário pois *“colhem-se, porventura, uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos? Assim, toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos bons e maus, nem a árvore má produzir frutos bons.”*

Ademais é preciso mencionar que o estudo teve algumas limitações, tanto no procedimento de coleta, como no alcance das informações aqui postas sobre as questões investigadas. Por ser um grupo diferenciado, alguns líderes eclesiais não permitiram a gravação da entrevista o que dificultou a anotação completa de todo o pensamento manifestado, uma vez que apenas o conteúdo central da resposta foi anotado para as análises. O fato de eu pertencer ao grupo de pastores, pode também ter influenciado em algum momento, apesar de ter tido o cuidado necessário para neutralizar esse fato. Os resultados apontados, merecem, com toda a certeza, estudos mais aprofundados não apenas para essa congregação, mas outras também, tendo em vista que o segmento religioso pode exercer grande estímulo para o avanço de uma postura mais sustentável na Amazônia.

Por fim, registro que apenas o fato de realizar entrevistas sobre esse tema, foi suficiente para acender um interesse para trazer a questão da sustentabilidade ambiental no âmbito da congregação. Muitos líderes fizeram contato comigo para pensar numa possibilidade de transformação do atual cenário de educação ambiental nas igrejas Assembleianas, que soma um quantitativo de 1.000 (mil) templos.

Acho necessário também deixar registrado a satisfação de ver que este trabalho estimulou nos líderes o desejo de aprofundar e buscar melhoria e ir além nessa temática da sustentabilidade amazônica.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.C. **Água, desafio socioambiental para a educação no século XXI**. pp-121. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós – Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- ASSIS, D.R.S.; SOTERO, M.C.; PELIZZOLI, M.L. **O Papel da Hermenêutica na Concepção da Percepção Ambiental**, v. 30, n.2, p.17-31, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/22905>
- BARBOSA JÚNIOR, A. **Candomblé: uma religião ecológica**. São Paulo: Anubis, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. **Revista e Ampliada**, 2011.
- BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Editora Valer, 2007.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BITUN, R. (Ed.). **A reforma protestante: História, teologia & desafios**. Editora Hagnos, 2020.
- BOFF, L. **Ethos mundial: consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BRASIL. IBGE. CENSO Demográfico 2000. Disponível in www.ibge.gov.br (acessado em 08/07/2022).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 10/10/2021.
- BRASIL. *Resolução CONAMA nº1, de 23 de janeiro de 1986*. Dispõe sobre a Avaliação de Impacto Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>.
- CARVALHO, I. C de M. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Educação: Teoria e prática**, v.9, n.17, p. 46-46, jul./dez. 2001.

CASTILHO, M.A. O místico da fé católica em Campo Grande - devoções populares. In: CASTILHO, M. A. (Org.). **O sagrado e o místico da fé católica no contexto da territorialidade urbana em Campo Grande – MS**. Campo Grande, MS: UCDB, 2006.

CAVACA, O. A igreja, povo de Deus em comunhão. In: ALMEIDA, J.C.; MANZINI, R.; MAÇANEIRO, M. **As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida; Santuário, 2013. P. 101-136.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHAUÍ, M.S. **Convite à filosofia**. 12ª ed. São Paulo: África, 2000.

CHO, P.Y. **Grupos familiares e o crescimento da igreja**. Belo Horizonte: Betânia. 1985.

DEL RIO, V.; DE OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. Studio Nobel, 1996.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. Programa Educ@r.USP: São Paulo. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/texto/m_a_txt4.html#percepcao . Acesso em: 10 fev. 2022 v. 1, 2005

FERNANDES, R.S.; SOUZA, V.J. DE; PELISSARI, V.B.; FERNANDES, S.T. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em ligações às áreas educacionais, sociais e ambientais. **Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf. Acesso em 15 fev.2022.

FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. In: MARISE, MANOEL. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FRAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. Materiais e Textos, n 4, 2005. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html. Acesso em: 10 fev. 2021.

FREITAS, M.de (org.). **A ilusão da sustentabilidade**. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HELBEL, M.R.M.; VESTENA, C.L.B. Fenomenologia e percepção ambiental como objeto de construção à Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v.12, n. 2, p.67-78, 2017. <https://doi.org/10.34024/revbea.2017.v12.2225>.

HELENE, M. E. M.; BICUDO, M. B. **Sociedades Sustentáveis**. São Paulo: Scipione, 1994.

HENNING, P.C.; SILVA, G.R. Rastros da Educação Ambiental. O dissenso como potência criadora. In: HENNING, P.C.; MUTZ, A.C.; VIEIRA, V. T. (Orgs.) **Educações Ambientais possíveis: eco de Michel Foucault para pensar o presente**. Curitiba: Appris, 2018.

HIGUCHI, M. G; MAROTI, P. S. Espacialidades e socialidades da educação ambiental além dos muros da escola. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 95-109, 2014.

HIGUCHI, M. I. G.; ZATTONI, M.; BUENO, F. P. Educação Ambiental em contextos não escolares: definindo, problematizando e exemplificando. **Pesquisa em educação ambiental**, 2012.

HIGUCHI, M.I.G.; AZEVEDO, G.C. de. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, n. 0**, p. 63-70, 2004.

HIGUCHI, M.I.G.; KÜHNEN, A. Percepção e Representação Ambiental – Métodos e Técnicas de Investigação para a Educação Ambiental, pp 181- 215. Em J.Q. PINHEIRO; GÜNTHER, H. (Orgs.), **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

JACOBI, P. Educação e Meio Ambiente: um diálogo em ação. Reunião Anual da ANPED – **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu-MG. 2004. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/27gt22

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A.de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMIM-GUEDES, V. Pegada ecológica: consumo de recursos naturais e meio ambiente. **Educação Ambiental em Ação**, v. 38, n.77, 2011. <http://www.revistaes.org/artigo.php?idartigo=1168>

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, J. C. F.; RUTKOWSKI, E. W. Evolução das Abordagens Industriais Ambientais.“. In: **International Workshop Advances in Cleaner Production, Key Elements for a Sustainable World: Energy, Water and Climate Change**”, São Paulo, Brazil. 2009. p. 20-22.

MAY, T. **Pesquisa Social, Questões, métodos e processos**; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/view/3477> . Acesso em: 14 fev. 2022.

MENDONÇA, F. Climate change impacts in the Aamazon, 2021: A riview. *Journal_of Environmental Protection*, 12(5), 455-467 20221.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Capítulo 3: Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Ed. Vozes.2009.

MORAES, S.R.R. de; TUROLLA, Frederico Araújo. Visão geral dos problemas e da política ambiental no Brasil. **Informações Econômicas, São Paulo**, v. 34, n. 4, p. 07-13, 2004.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 269-279, 2005.

MURAD, A. Da ecologia à ecoteologia. Uma visão panorâmica. **Revista Fronteiras**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 65-97, 2016.

NEIGHBOUR JR, R. W. **Manual do auxiliar de célula**. Curitiba: Ministério Igreja em Células, 2000.

- OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.
- OLIVEIRA, A.P.de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto nossas crianças: Janelas de oportunidades no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, M.G.R. **Educação ambiental na base do ensino: uma análise do real e a construção de uma convivência ecológica na escola**. Dissertação no Programa de Pós - Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2001.
- OLIVEIRA, N.A. da S. A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de mapas mentais. **REMEA –Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, v. 16, p. 32-46, 2006. <https://doi.org/10.14295/remea.v16i0.2779>
- PACHECO, E.; SILVA, H.P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, Rio de Janeiro: Editora PUC, 2006.
- PAPA FRANCISCO. **Laudato Si–Louvado sejas: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Editora Paulus, 2015.
- PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.
- RAIMUNDO, H. F. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.
- REIGOTA, M. 1991. O que é educação ambiental. Brasiliense, São Paulo, Brasil, 63pp.
- REIGOTA, M. Educação ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, v. 30, n. 2, p. 499-520, 2012. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2012v30n2p499>
- RITTL, T.F.; COOPER, M. Desenvolvimento de critérios para a definição do tamanho e uso da zona de amortecimento do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). **Resumos-Agropecuária**, 2008.
- RODRIGUES, M.L.; MALHEIROS, T.F.; FERNANDES, V.; DARÓS, T.D. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. **Saúde Soc.** v.21, n.3, p.96-110, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000700009>
- ROKEACH, M. **Crenças, atitudes e valores**. Rio de Janeiro: Interciência, [1986]1981.
- SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**, p. 17-44, 2005.
- SEEMANN, J. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. **Olam Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, v. 3, n. 1, 2003.
- SERPA, Â. Cidades e metrópoles: uma perspectiva geográfica para a análise dos “problemas ambientais urbanos”. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 12, n. 2, p. 30-43, 2008. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74079>
- SERRES.M. **O contrato natural**. Tradução de Beatriz Sindoux. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 1991.

SILVA, R.E; ASSUNÇÃO, W.L. Identificação de elementos da poluição rural e urbana em uma bacia hidrográfica de pequeno porte. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 6, 2015.

SORIANO, A.G. **Liberdade Religiosa No Direito Constitucional e Internacional** – 1ª ed., São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

SORRENTINO, M. **Educação ambiental e Universidade**: um estudo de caso. 1995. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

STEPHANINI, V. **Aumento de membresia ou reconfiguração eclesial? Um estudo pastoral sobre Pequenos Grupos em igrejas batistas do estado do Espírito Santo**. 2016, 709 f. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Teologia) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

STERN, P.C. New environmental theories: toward a coherent theory of a significant behavior. **Revista científica**, v.56, n. 3, p. 407-424, 2000.

TABARELLI, M.; SANTOS, A. M. M. Uma breve descrição sobre a história natural dos brejos nordestinos. **Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba, História Natural, Ecologia e Conservação**, v. 17-24, 2004.

TEPEDINO, A. M. **Eclesiologia de comunhão**; uma perspectiva. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 11 p. 160-179, 2002.

TRIVISIOS, A. N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. **A pesquisa**, p. 133, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006

APÊNDICE A

PROTOCOLO DE ENTREVISTA E DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Perfil sociodemográfico.

Sexo: () Masc. () Fem. Idade: _____ Escolaridade _____

Grupo que atua como líder: (*infantil/jovem/adulto/idosos/coletivos*)

Além de sua atividade religiosa, possui outra ocupação? () Não () Sim Qual? _____

Há quanto tempo está na congregação? _____ (anos)

Há quanto tempo é líder religioso? _____ (anos)

Na sua opinião qual a meta/missão de um líder religioso? _____

Entendimento sobre os problemas ambientais

1. Em sua missão religiosa teria espaço para tratar questões sobre o meio ambiente (problemas/cuidado)? *Se sim*, de que forma? *SE não*, por que não tem ocorrido?
2. Na sua opinião, como o senhor/a define problemas ambientais?
3. Como o senhor/a pensa que estes problemas são produzidos?
4. A quem deve-se atribuir essa responsabilidade?
5. De um a 10, quanto de sua missão religiosa é dedicada aos problemas ambientais em geral? _____
6. De um a 10 qual é sua preocupação sobre esses problemas ambientais? _____
7. Entre os problemas ambientais atuais, qual, na sua opinião é mais grave? _____

Importância à inserção da educação ambiental no processo litúrgico

8. O senhor/a já ouviu falar em EA? O seria na sua opinião?
9. A EA seria oportuna para ser inserida no processo litúrgico religioso aqui na sua comunidade? Por que? _____
10. Quais seriam as vantagens para isso acontecer?
11. E quais seriam as dificuldades para isso acontecer?
12. O/a senhor/a acha que os fiéis estão sensibilizados para a questão ambiental no dia a dia deles? Poderia me explicar por que considera isso?

Atividades de educação ambiental desenvolvidas

12. Poderia me dizer se já houve/ ou há alguma iniciativa de EA aqui no seu grupo/comunidade/congregação? *Se sim* - Poderia me falar sobre essas atividades, como ocorrem, quem está envolvido, o que resultou? *Se não* – O que o/a senhor/a considera interessante abordar? Onde e quando isso seria?
12. O/a senhor participa ou participou de alguma atividade de educação ambiental fora da igreja? Poderia me falar sobre isso?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ORAL

Olá, meu nome é **Sanara Macêdo Sousa** – sou aluna do Mestrado da Universidade Federal do Amazonas/Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia. Eu estou fazendo uma pesquisa sobre **O que pensam os líderes de Igreja Assembleianas sobre as questões ambientais nas atividades religiosas**. A Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto é minha orientadora nesse mestrado.

Por isso gostaria de convidar o senhor/a para participar desse estudo. Sua contribuição para esse estudo será de muita valia para verificar o como o senhor avalia a questão ambiental e os processos de educação ambiental no âmbito da religião. Com este estudo pretende-se compreender melhor essa temática nessa congregação.

Como será sua participação: senhor/a será entrevistado por mim num local e data que combinarmos. A entrevista será individual e durará uns 20 minutos. O Senhor/a não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. A entrevista será gravada com seu consentimento e depois de transcrita servirá para as análises. O áudio original será deletado.

O que o/a senhor/a precisa saber sobre seus direitos: Ninguém saberá que o senhor/a está participando da pesquisa; não falaremos à outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que o senhor/a nos der. Se depois de consentir a sua participação, o/a senhor/a desistir de participar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da entrevista, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Asseguro que não sofrerá nenhum risco nessa participação, mas se sentir algum desconforto ou cansaço, mesmo tendo aceitado previamente, o senhor/a poderá pedir para interromper de vez, ou continuar noutro dia. Caso houver algum constrangimento ou se sentir mal durante sua participação, darei todo o apoio para dirimir esse desconforto, de acordo com o previsto pela lei.

O que eu farei com as informações que recebi na entrevista: Vou analisar as respostas de todos em conjunto, de modo que o/a senhor/a, nunca será identificado. Os resultados serão publicados numa dissertação de mestrado e depois num artigo científico. Esses resultados, bem como as publicações estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Os resultados serão divulgados ao final da pesquisa, e as informações serão confidenciais, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Deixarei com o/a senhor/a uma via impressa desse consentimento que estou lendo, onde tem o endereço de como entrar em contato comigo ou com o comitê de ética em pesquisa.

Sobre algum imprevisto: Caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa o/a senhor/a, poderá solicitar a suspensão da entrevista. E se necessitar buscarei prestar o acompanhamento psicológico necessário ao senhor/a. Lhe asseguro que eu vou garantir indenização ao senhor/a (cobertura material e psicológica), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o senhor/a e/ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. Não lhe será pedido sob qualquer argumento, a renúncia ao direito à indenização por dano.

Sobre contato e dúvidas: Para qualquer outra informação, o/a Sr/a poderá entrar em contato comigo no Centro de Ciências Ambientais no endereço Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200 - Campus Universitário Bloco T Setor Sul – Coroado CEP 69077-000 - Manaus/AM - Telefone - (92) 3305-1181 Ramal 4069, também pelo meu telefone (92) 99474-3483 e e-mail: sanaranara@hotmail.com ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, CEP: 69.057-070, telefone fixo 3305-1181, ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com.

Como fazer para dar a concordância: Se o/a senhor/a concorda com tudo isso que lhe falei, o senhor/a responderá “*aceito/ concordo em participar*”. Vou gravar essa sua resposta e aí vamos combinar quando faremos essa entrevista. Darei uma via impressa deste termo de consentimento para o/a senhor/a

Concordância voluntária para participar da pesquisa

Senhor/a _____, está informado/a dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada bem como todos os meus direitos de participação. Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Também atesto que me foi dada uma via impressa deste termo de consentimento e a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Local, ____/ ____/ ____.

[Gravação de voz]

ANEXO 1
CÓPIA DA APROVAÇÃO DO CEP



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO AMAZONAS - UFAM**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título: O QUE PENSAM OS LÍDERES DE IGREJA ASSEMBLEIANAS SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS NAS ATIVIDADES RELIGIOSAS?

Pesquisador: SANARA MACEDO SOUSA

CAAE: 68557423.6.0000.5020

Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente – PPG-CASA/UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Número do Parecer: 6.062.285

Resumo do Projeto:

Este projeto busca trazer um novo pensar na responsabilidade Social que cada líder eclesiástico tem frente à sua comunidade para com meio ambiente; fomentar a responsabilidade socioambiental no âmbito da organização religiosa, e possibilitar um diagnóstico social do comprometimento dessa responsabilidade atual.

Pesquisador Responsável: SANARA MACEDO SOUSA

Conclusões: Não foram encontrados óbices éticos.

Parecer: APROVADO

MANAUS, 16 de Maio
de 2023

Assinado por: Eliana Maria Pereira Da Fonseca (Coordenadora)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis – CEP: 69.057-070

Município: Manaus- AM

Telefone: (92)3305-1181 – **e-mail:** cep.ufam@gmail.com